

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATHEUS OSÓRIO LEAL

UNIDA NA DIVERSIDADE E NA REALIDADE DOS FATOS

**COMO COMBATER A DESINFORMAÇÃO PROPAGADA PELA EXTREMA-DIREITA
EUROCÉTICA POPULISTA NA UNIÃO EUROPEIA**

RIO DE JANEIRO

2023

MATHEUS OSÓRIO LEAL

Unida na diversidade e na realidade dos fatos: como combater a desinformação propagada pela extrema-direita eurocética populista na União Europeia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Diego Santos Vieira de Jesus

RIO DE JANEIRO

Dezembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre acreditaram no meu potencial, e incentivaram a minha formação como profissional e ser humano.

Ao meu irmão, por ser o melhor companheiro que eu poderia ter, e por ser a maior testemunha de meu crescimento como indivíduo e como melhor amigo.

Aos meus avós e tios, por me apoiarem nos momentos difíceis e serem os meus maiores alicerces na vida.

Ao orientador, que desempenhou um papel muito importante para a conclusão deste trabalho e me auxiliou na elaboração do mesmo.

A todos aqueles que contribuíram para a minha formação e amadurecimento.

RESUMO

O objetivo é demonstrar o contexto, as origens e as consequências da desinformação propagada pela extrema-direita eurocética populista na União Europeia, a fim de propor recomendações à Comissão Europeia e aos Estados-membros do bloco: a criação de um órgão europeu voltado ao combate da desinformação, como um meio de centralizar os esforços do combate e aprimorar os instrumentos de alfabetização midiática e de conscientização da população, e a estruturação de sistemas de *fact-checking* pelos países-membros do bloco. Assim, na primeira parte, é dado o contexto da disseminação da desinformação na Europa, além da exposição de seus efeitos; na segunda parte, são explicadas as características da extrema-direita eurocética populista e a sua ascensão em diferentes camadas da sociedade europeia, a resposta da UE às crises da Zona do Euro e dos Refugiados, e as políticas europeias educativas e de combate à desinformação; por fim, são apresentadas a conclusão e as recomendações.

PALAVRAS-CHAVE

Desinformação; União Europeia; Extrema-direita; Euroceticismo; Populismo.

ABSTRACT

The aim is to demonstrate the context, origins and consequences of the disinformation spread by the populist Eurosceptic far right in the European Union, in order to propose recommendations to the European Commission and the bloc's member states: the creation of a European body to combat disinformation, as a means of centralizing the efforts to combat it and improving the instruments of media literacy and public awareness, and the structuring of fact-checking systems by the bloc's member countries. In the first part, the context of the spread of disinformation in Europe is given, as well as its effects; in the second part, the characteristics of the populist Eurosceptic far right and its rise in different layers of European society are explained, as well as the EU's response to the Eurozone and Refugee crises, and European educational policies and the fight against disinformation; finally, the conclusion and recommendations are presented.

KEYWORDS

Disinformation; European Union; Far right; Euroscepticism; Populism.

SUMÁRIO

.....	7
PRINCIPAIS RESULTADOS	7
1) INTRODUÇÃO	8
1.1) Contexto.....	9
1.2) Histórico das vertentes eurocéticas	4
1.3) Causas do fenómeno da desinformação na União Europeia.....	7
1.4) Efeitos da desinformação disseminada pela extrema-direita eurocética populista.....	11
1.5) Objetivos, recomendações e o seu alinhamento com os ODSs	16
2) DESENVOLVIMENTO.....	17
2.1) A extrema-direita eurocética populista	17
2.1.1) O perfil da extrema-direita eurocética populista.....	17
2.1.2) O desenvolvimento da extrema-direita eurocética populista	23
2.2) Respostas da União Europeia às crises	35
2.2.1) Crise da Zona do Euro.....	35
2.2.2) Crise dos Refugiados.....	40
2.3) Políticas europeias de educação e de combate à desinformação	44
3) CONCLUSÃO.....	52
4) RECOMENDAÇÕES.....	53
REFERÊNCIAS.....	54
ÍNDICE.....	65

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1) Crises como a da Zona do Euro e a dos Refugiados foram centrais para o aumento do desemprego e das inseguranças e desigualdades socioeconômicas, o que levou ao aumento da politização e da polarização na Europa, e ao descontentamento quanto à União Europeia e aos governos de seus Estados-membros por parte de grande camada da população europeia;
- 2) A extrema-direita eurocética populista foi capaz de mobilizar uma grande parte da população europeia por meio da desinformação no ambiente das redes sociais e dos demais instrumentos da Web 2.0 e a manipular para ver o “adversário” (a figura do pró-europeísta) como “inimigo do povo”, a fim de se obter o ganho de votos ou apoio político;
- 3) A extrema-direita eurocética populista faz discursos falaciosos nos quais a União Europeia é tratada como um “bode expiatório” dos problemas que a organização atravessa, responsabilizando-a como a causa das adversidades provocadas pelas crises ou a retratando como pouco eficiente, atuante ou competente para a resolução delas, além de aludir a mitos sobre a UE, como a suposta pretensão dos pró-europeístas, dos inimigos políticos e das autoridades europeias quanto à criação de um “superestado europeu”, o fim da soberania e da cultura nacional dos países-membros, a abertura em massa para os imigrantes ou a instauração de uma “nova ordem mundial”;
- 4) A União Europeia não intenciona extinguir a soberania de seus membros, e, sobretudo, não se porta passivamente diante das crises, ao passo que as suas instituições agem para combater os efeitos deletérios das crises, além de que também se projeta ao combate da desinformação dentro do bloco, embora haja problemas, como a falta de centralização e coordenação das ações e a falta de recursos;
- 5) Recomendam-se a criação de um departamento da Comissão Europeia que atuaria como um órgão central europeu para o combate à desinformação, o aperfeiçoamento e a reestruturação de instrumentos de alfabetização midiática e conscientização da população europeia quanto às informações falsas pela Comissão Europeia e o estabelecimento de sistemas de *fact-checking* dos Estados-membros do bloco europeu com o auxílio da Comissão Europeia.

1) INTRODUÇÃO

No panorama da Europa contemporânea, uma pletora de fatores socioeconômicos – como o crescimento da desigualdade econômica, o aumento do desemprego, a elevação das taxas de inflação e a vinda de dezenas de milhares de imigrantes – acarretaram o advento de movimentos políticos diversos, principalmente a ascensão da extrema-direita eurocética populista, caracterizada pelo nacionalismo, pelas críticas à União Europeia (UE) e pelo discurso de negação das diferenças socioculturais e políticas em relação aos princípios da organização (Schmidt, 2019).

A partir disso, tais grupos políticos, adversários da continuidade dos processos de integração europeia, fortaleceram uma postura de contrariedade à União Europeia por meio de muitas críticas à união econômica e política, além de adotarem estratégias adaptadas à era digital, sobretudo o emprego da desinformação e do uso de uma retórica eurocética que coloca a UE como o “bode expiatório” de várias questões socioeconômicas que afligem a sociedade europeia (Schmidt, 2019, p. 2). Com isso, a extrema-direita eurocética populista – formada por indivíduos, grupos sociais, movimentos e associações políticas, e, principalmente, partidos políticos – consegue, muitas vezes, mobilizar a população a seu favor, e pressionar as suas pautas em contraste às instituições democráticas, ao Estado de direito (*rule of law*) e à integração europeia.

Esses atores políticos, por intermédio da desinformação, realizam ataques aos princípios fundamentais da UE, como a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito, a promoção da paz e a estabilidade (União Europeia, 2023a), a fim de se permitir que tais grupos políticos, assim que eleitos, consigam um controle maior sobre o aparato estatal de seu respectivo país. A desinformação – propagada por falas de políticos em canais tradicionais da mídia (como a televisão, o rádio e o jornal impresso), publicações digitais de sites ou blogs alinhados com a extrema-direita eurocética populista, ou *posts* nas redes sociais (como o Instagram, o Facebook e o Snapchat) –, é a estratégia central da extrema-direita eurocética populista para adquirir e para manter o poder.

Dito isso, este *policy brief* visa oferecer recomendações para mitigar o problema da disseminação da desinformação por parte dos grupos políticos supracitados, mencionando, em primeiro lugar, o contexto do crescimento desses grupos para, depois, apontar como se efetua o uso dessas estratégias de *fake news*, o impacto que isso causa na UE e em seus países

membros. Por fim, propõem-se recomendações à Comissão Europeia e aos Estados-membros da União Europeia sobre meios pelas quais a organização pode combater o uso de informações falsas para enfraquecer instituições democráticas e “emperrar” os processos de integração europeia.

1.1) Contexto

Do período do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, os “*founding fathers*” da União Europeia, como Jean Monnet e Robert Schuman, foram os idealistas de um “projeto europeu”. O “projeto europeu” consistia na crença de que haveria a “conquista da paz entre os diferentes povos europeus, a cooperação internacional entre eles e, por fim, a ‘federalização’ dos Estados-membros da União Europeia em uma só unidade Estatal” (Leal; Sá, 2022, p. 398). Posto isso, muito embora não houvesse um plano concreto para a construção de uma Europa supranacional (Jesus, 2013, p. 49), pode-se dizer que foi por causa da linha de pensamento de Monnet e Schuman – isto é, no tocante ao objetivo de construção da paz por meio de laços de interdependência entre os países europeus – que a Comunidade do Carvão e do Aço (CECA) foi criada, em 1951, com o Tratado de Paris. Posteriormente, em 1957, foi criada a Comunidade Econômica Europeia (CEE), com um dos Tratados de Roma, como um avanço dos processos de integração regional na Europa.

Entretanto, é de máxima importância enfatizar que o “projeto europeu” era uma idealização que nunca veio a se concretizar e que jamais algum órgão europeu de caráter intergovernamental ou supranacional – vide as definições presentes no Box 1 – oficialmente almejou a plena unidade política e econômica dos países do continente inteiramente em nível supranacional (Jesus, 2013). Mesmo assim, desde o início, a integração europeia, os seus expoentes e os seus órgãos institucionais sofreram oposição política daqueles que hoje são conhecidos como eurocéticos, que viam a integração europeia como uma ameaça à soberania e aos interesses nacionais e que observavam a integração europeia como uma série de processos que aspiravam à concepção de um Estado supranacional europeu (Stavrakakis et al., 2017).

Box 1 – Diferença entre o caráter intergovernamental e supranacional da UE

De forma resumida, os órgãos europeus da UE possuem características

intergovernamentais, que dizem a respeito da deliberação cooperativa dos Estados-membros da organização europeia para a formulação de decisões (como na Política Externa e de Segurança Comum da UE), e supranacionais, referentes à gestão da própria UE em competências antes ministradas pelo âmbito nacional.

Fonte: Parlamento Europeu, 2023a e 2023b.

Na metade dos anos 60, o então presidente da França, o nacionalista Charles de Gaulle, visava ao aumento da projeção de poder da França no mundo por meio dos mecanismos da CEE, além de ter posicionamentos contrários a uma supranacionalidade da organização europeia, preferindo manter uma primazia intergovernamental dos Estados-membros frente à organização. Por causa disso, o presidente francês era cético quanto à gradativa ascensão dos poderes político da Comissão Europeia e temia que o aumento dos elementos supranacionais da organização pudesse ofuscar o poderio da França. Em 1965, quando a França assumiu a presidência da Comissão da CEE, de Gaulle, vendo o conflito de interesses entre a posição francesa e a dos demais países membros representados na Comissão Europeia que defendiam a criação de um mercado agrícola supranacional, decidiu ausentar os representantes franceses das instituições europeias até que a Comissão pudesse negociar um acordo mais favorável à França. Tal foi a “Crise da Cadeira Vazia”, que foi uma das primeiras vezes em que um posicionamento eurocético de um país-membro pôde afetar o funcionamento rotineiro das funções do poder executivo do bloco europeu (Ludlow, 1999).

Com isso, em 1966, foi estipulado o Compromisso de Luxemburgo, que dava poder de veto aos Estados-membros no Conselho de Ministros (formado por ministros representantes dos Estados-membros, e que se tornaria, no futuro, o Conselho da União Europeia) em assuntos considerados de grande importância nacional, nos quais só poderiam ser aprovados por meio da unanimidade, além de ter atado os poderes da Comissão Europeia aos do Conselho de Ministros, de modo a limitar os poderes de execução de políticas pela Comissão, e a reduzir a velocidade dos processos de integração europeia.

Em 1961, a Dinamarca, o Reino Unido e a Irlanda aplicaram para a entrada no bloco europeu. No entanto, após o veto de Charles de Gaulle à entrada do Reino Unido, que via o Reino Unido como uma ameaça à influência francesa na CEE, a volta das negociações só voltaria anos depois, até que, em 1973, os três Estados se juntaram à CEE. Contudo, os governos do Reino Unido e da Dinamarca, principalmente, foram forças eurocéticas à integração europeia, e viam o bloco como uma oportunidade de acesso a novos mercados na Europa, ao contrário de uma visão mais supranacional de outros países membros. Por isso, os governos dos dois Estados-membros promoveram a expansão da CEE a outros países da Europa, como em 1981, a entrada da Grécia, e em 1986, com a entrada da Espanha e Portugal. Nas décadas seguintes a sua entrada ao bloco, os governos da Dinamarca, do Reino Unido e da Irlanda optaram por ficar de fora da Zona do Euro, introduzida no final dos anos

90 e início dos anos 2000, e do Espaço Schengen, estabelecido em 1985, como meio de manter certa soberania quanto à questão financeira e do controle de fronteiras, respectivamente, em contraste com o aprofundamento da integração europeia. Mais especificamente, o Espaço Schengen foi constituído na época como um acordo independente da CEE, formado por cinco de seus dez membros, uma vez que alguns membros não concordavam com a abertura das fronteiras entre eles e, tendo não alcançado unanimidade quanto à questão do controle de fronteiras dentro do bloco, foi necessário a realização de um acordo à parte das Comunidades Europeias para a efetivação da abolição do controle de fronteiras (Comissão Europeia, 2010).

Em 1986, foi instituído o Ato Único Europeu, que objetivava a composição de um mercado único na CEE. Entretanto, foi notado que para esse objetivo, havia a necessidade do remodelamento do processo de aprovação de decisões nos órgãos europeus. Portanto, o Ato Único Europeu concebeu a votação por maioria qualificada no Conselho de Ministros e expandiu os poderes legislativos do Parlamento Europeu. Com isso, caso o Conselho de Ministros estivesse deliberando sobre orientações e proposições da Comissão Europeia, e obtivesse o apoio do Parlamento Europeu quanto ao resultado dessa deliberação, ele poderia aprovar decisões com base na maioria qualificada. Em outra situação, se o Parlamento Europeu rejeitasse uma proposta de lei, o Conselho de Ministros poderia aprová-la mesmo assim na hipótese de uma aprovação por unanimidade (Parlamento Europeu, 2023c).

Em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, foram conjecturados os “Três Pilares da União Europeia”, que instituíram os alicerces fundamentais da UE. O primeiro diz a respeito das políticas integradas das Comunidades Europeias – a CECA, a CEE e o EURATOM –, no qual os países-membros transfeririam parte de suas responsabilidades, relativas aos temas econômico, social e ambiental, à União Europeia, que as manejaria de forma supranacional. O segundo se refere à Política Externa e de Segurança Comum (PESC), na qual haveria uma cooperação intergovernamental acerca dos assuntos de política externa e de segurança. O terceiro toca na questão da Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal (CPJM), na qual haveria a cooperação intergovernamental no combate ao crime nos países membros da EU (Tsebelis; Garrett, 2001).

Desde essa época, os eurocéticos criticavam o Tratado de Maastricht, que é o marco do estabelecimento da União Europeia, dizendo que ele traria – ou pretendia trazer – o fim da soberania dos Estados-membros. A atuação dos eurocéticos, no entanto, foi de suma

importância para a configuração do tratado em sua versão final, já que os debates políticos, negociações e acordos entre os eurocéticos e os pró-europeístas resultaram na conciliação de suas diferenças quanto ao documento final do tratado, porque permitiram acomodar demandas individuais de vários Estados que não desejavam avançar em determinadas áreas da integração sem comprometer o andamento de políticas comuns que interessavam aos demais.

O Tratado de Lisboa, em 2007, que foi seguido pelo fracasso da aprovação da Constituição Europeia¹, em 2005 – em razão da desaprovação por parte dos eurocéticos –, foi estipulado como uma forma de se fazerem concessões aos eurocéticos, que duramente criticaram a Constituição Europeia, e elementos do próprio Tratado de Lisboa, pois viam ambos como instrumentos que habilitariam a tomada de decisões por parte das instituições europeias sobre os países-membros em nível nacional. Portanto, o Tratado de Lisboa, como pode ser observado no Box 2, foi a prova maior de que o euroceticismo estava não mais só circunscrito a governos que adotaram essa postura desde suas adesões, como o Reino Unido e Dinamarca, mas difuso entre vários setores da sociedade, inclusive em Estados fundadores como França e Países Baixos, que rejeitaram a Constituição Europeia por referendos. Nesse sentido, os eurocéticos serviram como um freio para políticas pró-europeístas e tiveram grande influência na revisão do acordo, assim como no Tratado de Maastricht. Apesar disso, o

Box 2 – Tratado de Lisboa
O Tratado de Lisboa foi um tratado que reformou o funcionamento da União Europeia e emendou os tratados fundadores da UE (Maastricht, 1992) e da CEE (Roma, 1957). Em suma, o Tratado de Lisboa estipulou a votação por maioria qualificada no Conselho Europeu, estendeu os poderes do Parlamento Europeu, criou o cargo de Presidente do Conselho Europeu, acabou com “os Três Pilares da UE”, e estabeleceu o cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.
Fonte: EUR-Lex, 2007.

¹ A proposta de uma Constituição Europeia era baseada na unificação de todos os tratados em um texto só, além de aprofundar a integração europeia com elementos como a instauração de uma política externa comum, a determinação de eleições para o Presidente do Conselho Europeu pelos seus membros e pelo Parlamento Europeu, definição clara das responsabilidades e capacidades das instituições europeias, aumento do poder do Parlamento Europeu, a prescrição de votos por maioria qualificada ao invés de absoluta etc. Dito isso, a constituição não foi aprovada, porque, em muitos casos, partidos de esquerda viam a proposta como uma imposição de um modelo neoliberal, enquanto os eurocéticos argumentavam que não poderia haver uma constituição que pudesse tomar decisões sobre os países em nível nacional, além de muitos terem percebido a Constituição Europeia como um ataque à soberania nacional dos Estados-membros da UE. Não só isso, mas o Reino Unido teve importância significativa em sua oposição ao estabelecimento de uma política externa comum na União Europeia, devido ao temor da UE ser intrusiva em assuntos de política externa (Jesus, 2009, p. 121).

euroceticismo mais extremo ainda via o Tratado de Lisboa como uma ameaça à soberania, e colocava a União Europeia como um inimigo da soberania nacional, uma vez que acreditavam que, assim, o processo decisório das instituições europeias teria grande precedência frente às instituições nacionais. Acreditava que tudo era orientado para a conclusão do “projeto europeu” – aquele idealizado antes da fundação da CEECA –, ou seja, na integração regional avançar até o aniquilamento da soberania nacional, e a ascensão de uma entidade supranacional europeia (Stavrakakis et al., 2017).

Entretanto, após a Crise de 2008, a Crise da Zona do Euro, a intensificação da Crise dos Refugiados em 2015 – esmiuçadas nos Boxes 3 e 4 –, as desigualdades sociais e econômicas aumentaram significativamente dentro da União Europeia, e, em consequência disso, a população europeia começou a ficar cada vez mais frustrada quanto à gestão da União Europeia e dos governos de seus Estados-membros, o que levou à popularização da retórica da extrema-direita eurocética populista, que intitula a União Europeia como insuficiente para a resolução da crise. Em razão disso, a popularidade da União Europeia teve uma baixa histórica (Celi et al., 2020, p. 411), o que ocasionou em fenômenos como o Brexit, com início no referendo de 2016, apresentado no Box 5.

Nesse contexto, o euroceticismo ganhou forças renovadas. Três processos centrais são a causa disso: o fenômeno da politização acompanhada da polarização da população europeia; a agitação nacionalista e populista derivada de tal polarização; e o chamado “déficit democrático da União Europeia” (Leal; Sá, 2022, p. 405-

Box 3 – Crise da Zona do

Euro: causas e consequências
A Crise da Zona do Euro, também conhecida como a Crise da Dívida Pública da Zona do Euro, foi sequela da explosão da bolha imobiliária da Crise de 2008, e consistia no aumento considerável da dívida pública de países da Zona do Euro, que não conseguiam mais refinancejar ou pagar as suas dívidas em atenção à insegurança financeira dos investidores e dos bancos. A Grécia foi o que mais sofreu pela crise, onde as pensões e os salários públicos ocasionaram o aumento considerável da dívida pública.

Fonte: Anand; Gupta; Dash, 2012.

Box 4 – Crise dos Refugiados

A Crise dos Refugiados resume-se à onda de refugiados, vindos de regiões como a África e Oriente Médio – que passam ou passaram por crises próprias (como insurgências, no caso do Mali, insegurança alimentar e hídrica, como no Senegal, e conflitos armados, como na Líbia, Sudão, Afeganistão, Síria e Iraque) –, que percorrem longos trajetos, principalmente pelo Mar Mediterrâneo, para chegar à Europa. De 2014 a 2021, cerca de 27 mil migrantes morreram tentando chegar em seus destinos na Europa.

Fonte: Black, 2022, p. 6.

406) – que consiste na alegação de que a UE é deficitária em sua transparência e *accountability* (Follesdal; Hix, 2006).

À vista desses processos, os grupos da extrema-direita eurocética populista mobilizaram a frustração da população e o fervor nacionalista ao seu favor, conquistando a mente de eleitores por todo o continente europeu. Em seguida, tais grupos políticos encabeçaram narrativas de que a nação e o seu povo teriam “um inimigo em comum”, como é típico de movimentos populistas, “geralmente encarnado por figuras vagas com conotações econômicas dominantes, como ‘governança global’, ‘burocracia de Bruxelas’ ou a ‘Nova Ordem Mundial’” (Stavrakakis et al., 2017, p. 29).

Logo, a União Europeia tem sido usada como o principal “bode expiatório” desses grupos, inclusive sendo intitulada como a responsável por muitos dos problemas socioeconômicos na Europa, ou, ainda mais, acusada de ineficiência frente a essas questões, mesmo que tais problemas e questões não sejam de responsabilidade das ações ou inações da UE, mas, muitas vezes, dos próprios Estados-membros (Schmidt, 2019, p. 2). Os mecanismos da integração europeia e os seus avanços começaram a se tornar cada vez mais contestados e revisados pela população e pelos grupos que ascenderam por meio da frustração com a organização (Schmidt, 2019, p. 1-2).

Box 5 – Brexit

O Brexit foi o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, no contexto das crises pós-2008, e se encabeçou quando, em 2016, houve um referendo a favor da saída do bloco. Partidos como o UKIP e os Conservadores foram protagonistas no processo, incluindo o eurocético populista, Nigel Farage, que foi porta-voz do Brexit no Parlamento Europeu, e que fez vários discursos de caráter populista em sessões do Parlamento, clamando pela “independência do Reino Unido” (D’Arcy, 2019). Dito isso, o Brexit é considerado como a expressão máxima do euroceticismo, e havia uma crença eurocética de que o Brexit era o estopim de um efeito dominó que acarretaria o fim da UE.

Fonte: Pirro; Taggart; van Kessel, 2018.

Porém, em virtude da emergência da internet e das mídias sociais, a oratória eurocética e populista desses grupos da extrema-direita começaram a ser gradativamente mais acompanhadas pela difusão de informações falsas ou deliberadamente alteradas, com o intuito de sustentar os objetivos, as políticas e a visão de mundo dos mesmos. Consequentemente, massas populares têm sido manipuladas por esses grupos políticos em detrimento da integração europeia, e, de certa forma, tem permitido com que tais grupos

fossem capazes de fazerem reformas antidemocráticas para a consolidação de seu poder em seus respectivos países. Na Hungria, por exemplo, que se mostrou como o caso mais notório, o governo de Viktor Órban limitou as capacidades dos poderes Legislativo e Judiciário, reduziu a liberdade de expressão, criou um ambiente hostil à liberdade da mídia e até mesmo aumentou o controle governamental de universidades locais (Shattuck, 2019).

O ponto central do *policy brief*, portanto, é o de que a desinformação espalhada pelos eurocéticos populistas da extrema-direita tem propiciado o questionamento de pilares democráticos em países da União Europeia, com a fragilização do Estado de direito em casos mais extremos, nos quais o governo é formado majoritariamente por essa extrema-direita, e o consequente desarranjo da cooperação intergovernamental na União Europeia, sendo contraproducentes em relação à integração regional e à coesão dos Estados-membros da UE. Em âmbito regional, vale citar as correntes eurocéticas dentro do Parlamento Europeu, que, tendo crescido nos últimos anos, fomentam a polarização e a desinformação como instrumentos de retórica dentro das instituições europeias. Além disso, a cadeia de desinformação faz com que haja divergências de postura de países-membros da UE quanto aos princípios defendidos e aos seus compromissos: enquanto os governos de extrema-direita eurocética populista prezam por uma agenda conservadora e antagônica a diversos princípios e compromissos da UE, os demais governos moderados e não-eurocéticos tendem a fazer o inverso, o que provoca o aumento da disparidade de interesses entre os Estados eurocéticos e não-eurocéticos, de forma a prejudicar o desenvolvimento da integração europeia e a coesão entre os Estados-membros da união em assuntos de política interna – como a implementação de uma política fiscal comum – e externa – como a abordagem à

Box 6 – Critérios de Copenhague

Os Critérios de Copenhague são um conjunto de normas que determinam se um país é elegível para a sua admissão à União Europeia. Tais critérios foram estabelecidos no contexto do fim da Guerra Fria, com a expansão do bloco europeu aos países do antigo bloco soviético, a fim de garantir a integridade do Estado de direito, dos princípios democráticos, dos direitos humanos e da proteção às minorias dentro da UE e dos países que almejam entrar na UE. Os Critérios de Copenhague constam com parâmetros econômicos, políticos e legislativos.

Fonte: Comissão Europeia, 2023a.

Guerra na Ucrânia, com a cessão de armas, suprimentos e dinheiro ao país eslavo, e abertura à entrada de ucranianos aos Estados-membros da UE.

Posto isso, os Critérios de Copenhague (descritos no Box 6) foram pensados como um meio para não se conceder a entrada de regimes autoritários dentro da UE – e que determinam os parâmetros nos quais Estados devem se alinhar para que sejam considerados aptos para adentrar na União Europeia –, e podem ser observados como insuficientes para a garantia da plena democracia dentro do panorama europeu.

1.2) Histórico das vertentes eurocéticas

Operando como forças de oposição, os eurocéticos tiveram um papel relevante no desenvolvimento da integração europeia, desde o momento que a mesma começara a se configurar no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Estes eram figuras políticas que viam a integração europeia e o “projeto europeu” como ameaças à soberania e aos interesses nacionais dos países europeus. Logo, com a fundação da CEECA, em 1951, o euroceticismo começou a tomar uma forma mais concreta, pois os processos de integração regional haviam dado um passo à frente, e, diante disso, os eurocéticos teriam uma plataforma explícita e determinada para criticar, se opor e tentar transformar.

A partir dos anos seguintes ao advento da CEE, em 1957, o euroceticismo começou a formar a essência que possuem atualmente, visto que, de 1973 a 1995, com a expansão do bloco europeu, houve “a maior resistência à perda de autonomia constitucional e de independência externa para as instituições do processo de integração europeu” (Jesus, 2009, p. 121). Em 1973, com a adesão

Box 7 – “Alargadores” contra “aprofundadores”

Um dos principais debates divisórios na UE é entre os “aprofundadores” e “alargadores”. Em síntese, os aprofundadores entendem que a UE é um projeto político e, por isso, prezam pelo aprofundamento de tratados, processos e políticas sem que isso signifique a entrada de novos membros à união – tal é a posição predominantemente adotada pela França. Já os alargadores veem o bloco mais como um mercado comum. Por isso, a adesão de mais membros significa a ampliação de mercado – tal é a posição histórica do Reino Unido. Há Estados que flutuam no meio desses polos, como a Alemanha, que enxergam benefícios no aprofundamento e no alargamento, embora, nos últimos anos, ela tenha sido mais aprofundadora do que alargadora.

Fonte: Karp; Bowler, 2006.

do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca à organização, os eurocéticos tiveram posição de destaque nos moldes da mesma. Em suma, o Reino Unido e a Dinamarca se mostraram como oponentes de um aprofundamento da integração europeia no sentido político e econômico, enquanto eram favoráveis ao alargamento da Comunidade Econômica Europeia para a expansão de um mercado comum, tais como descritos no Box 7. Portanto, ao contrário dos pró-europeístas, que queriam a continuidade dos processos de integração europeia, os eurocéticos do Reino Unido e da Dinamarca tinham interesses econômicos na expansão da CEE para o alcance de novos mercados – como os de Portugal, Espanha e Grécia – e não desejavam uma maior integração (Jesus, 2009).

Dando continuidade a isso, no século passado, os eurocéticos ganharam um primeiro reconhecimento nas eleições europeias de 1979 – as primeiras eleições supranacionais da Europa e do mundo –, onde se reuniam como nacionalistas conservadores. Nas eleições seguintes, em 1984, a extrema-direita eurocética, então liderada por Jean-Marie Le Pen, tornou-se um grupo político no Parlamento Europeu. Contudo, naquela época, os eurocéticos não detinham força considerável como atualmente, muito em razão da ausência de um canal comunicativo onde pudessem interagir com a população, além, evidentemente, de que a população europeia era, até então, pouco politizada nos assuntos políticos nacionais e supranacionais, especialmente àqueles relativos à CEE – que viria a dar espaço à União Europeia, em 1992 –, pois o descontentamento com os governos e com a integração europeia não era significativo se comparado ao que veio a decorrer nos anos seguintes às crises. As taxas de desemprego e as desigualdades e inseguranças socioeconômicas na Europa Ocidental se traduziam em níveis relativamente controlados e moderados ao longo da maior parte do século XX e início do XXI, o que fazia com que a população não se envolvesse muito em debates políticos, ao mesmo tempo em que não eram tão polarizados (Schmidt, 2019).

Os eurocéticos serviam como uma força de oposição aos processos de integração europeia, e foram responsáveis pela revisão de muitos dos tratados relativos à integração europeia, como o Tratado de Maastricht (1992), que formou a União Europeia, o Tratado de Amsterdam (1997), que transferiu competências do terceiro pilar para o primeiro e reviu políticas como a de emprego; o Tratado de Nice (2001), que alterou o funcionamento da Comissão Europeia e do Conselho da União Europeia para a inclusão de novos membros; além, é claro, do Tratado de Lisboa (2007), que serviu como substituto à fracassada Constituição Europeia, e que reformou a União Europeia para sua atual configuração.

Após os eventos de 2008, 2015 e 2016, com as crises econômicas, migratórias e do Brexit respectivamente – e cujos resultados serão avaliados mais adiante –, e com o decorrente processo de politização e polarização do povo europeu, os eurocéticos se radicalizaram, e, dessa forma, os partidos de extrema-direita começaram a ampliar a sua gama eleitoral. Apesar de a União Europeia ter atuado para mitigar e controlar os efeitos dessas crises (Consilium, 2023) – ao criar políticas de controle inflacionário, negociar as dívidas entre os países-membros, aplicar medidas de distribuição de refugiados, fortalecer a vigilância das fronteiras e barganhar por um acordo de saída do Reino Unido, tendo em consideração a fronteira da Irlanda do Norte com a Irlanda –, os eurocéticos da extrema-direita ainda acusaram a UE de ter sido ineficiente e passiva diante das crises.

Sendo assim, partidos eurocéticos e populistas de extrema-direita, como o Fidesz (de Viktor Órban, na Hungria), Lei e Justiça (de Mateusz Morawiecki, na Polônia), Irmãos de Itália (de Giorgia Meloni, na Itália), Reagrupamento Nacional (de Marine Le Pen, na França) e Vox (de Santiago Abascal, na Espanha), angariaram eleitores mediante o manuseio de táticas de disseminação de informações falsas, e de acusações, muitas vezes injustas, contra a União Europeia, de forma a ganhar votos com base em informações mentirosas, e, nos casos extremos, onde esses partidos formaram um governo de maioria, foram feitas reformas antidemocráticas que ferem o Estado de direito (Vasilopoulou, 2009).

Em suma, esses grupos souberam se aproveitar das ferramentas dispostas pela era digital, como a dominância da chamada Web 2.0, isto é, das redes sociais – veículos da *web* feitos para o compartilhamento de mensagens e de *posts* – e das mídias populares da internet, como um meio de dar atenção às pautas eurocéticas, e de, então, convencer os eleitores da reivindicada verdade de suas pautas por meio das *fake news* e do discurso nacionalista – ancorado no sentimento de frustração aos problemas socioeconômicos. Sem os canais sociais

de comunicação da era da informação, os fenômenos da politização, da polarização e da ascensão da extrema-direita eurocética populista não seriam possíveis da mesma maneira que se prosseguiram (Arrese, 2022).

Com isso, dois conceitos devem ser explorados: as *fake news* e a Web 2.0. A primeira diz a respeito de informações falsas, tanto aquelas divulgadas com e sem o intuito de causar danos ou lucrar em cima dos receptores, sejam indivíduos, organizações, grupos sociais, atores Estatais etc. Há também a divulgação de informações verdadeiras, de âmbito privado, que são levadas para o público de forma malevolente, consequentemente engendrando danos aos indivíduos, grupos ou quaisquer atores envolvidos nessas informações, além de, muitas vezes, gerar discurso de ódio e assédio (Hinds, 2019, p. 12). Entretanto, este último tipo de *fake news* não será abordado neste *policy brief*, uma vez que ele foca na desinformação, ou seja, na disseminação de informações falsas, e não verdadeiras, mesmo que elas sejam usadas de maneira nociva ao bem-estar social.

De acordo com Alex Primo (2007), pode-se dizer que

A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços Web, linguagem Ajax, Web *syndication*, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador (Primo, 2007, p. 2).

1.3) Causas do fenômeno da desinformação na União Europeia

Outra definição do conceito das *fake news*, que se revelam como o principal veículo para estratégias de desinformação, baseia-se no fato de que são “notícias falsas distribuídas pelos meios de comunicação de massa ou pelas mídias sociais com os objetivos de iludir o público com manchetes sensacionalistas e exageradas e de obter vantagens financeiras ou políticas” (Jesus; Holanda, 2019, p. 171). Nessa perspectiva, em breves termos, a causa principal da insurgência da desinformação na União Europeia é o seu uso estratégico, por parte da extrema-direita eurocética populista, diante da aparente ineficiência da União Europeia em tratar assuntos problemáticos, como a crise econômica e a crise migratória.

Um dos pontos principais para se mencionar na discussão acerca da desinformação é como a internet trouxe o debate político para um patamar mais popular, como pode ser percebido no seguinte trecho:

Diferentemente do que ocorre em meios de comunicação tradicionais como o jornal impresso ou o rádio, a internet – cujo acesso é hoje facilitado pelos dispositivos móveis – reduziu obstáculos à interação entre atores sociais e trouxe maior autonomia para a expressão das posições políticas de cidadão. Em termos da operação de sistemas democráticos, os meios de comunicação digitais como portais de notícias possibilitaram o acesso a dados sobre atores e processos políticos e permitiram, por meio de espaços dedicados a comentários de leitores e fóruns virtuais, o livre acesso ao debate (Jesus; Holanda, 2019, p. 173).

Além disso, há a chamada “convergência midiática”, no qual a internet teve um papel central:

Em face da maior proximidade entre os meios de comunicação de massa e a internet num contexto de modificações sociais, tecnológicas e mercadológicas, a ideia de “convergência midiática” engloba múltiplos tipos de confluências, como a ampliação de fluxo de conteúdos e informações em suportes midiáticos diversificados, a cooperação entre tais suportes e a migração constante dos públicos entre os meios de comunicação na procura de novas informações, como se verifica em tais portais, que abarcam não apenas notícias próprias, mas outras notícias veiculadas em mídia impressa, rádio e TV da mesma empresa. A emergência de uma cultura cada vez mais participativa levou ao uso gradual de diversas plataformas pelo público na procura de espaços variados de manifestação de opiniões, de intercâmbio de informações e de produção de conteúdo (Jesus; Holanda, 2019, p. 173-172).

No final da década de 1990 e início do século XXI, com a popularização da internet no Ocidente, as questões políticas começaram a sobressair na *web* tanto quanto nas mídias de massa, e partidos políticos, então, iniciaram um processo de adequação à nova plataforma pública, de forma a angariar cada vez mais recursos voltados para a utilização de técnicas e de estratégias de discurso político na internet. Nesse panorama, “a internet começou a ser cada vez mais entendida como um local de formação da opinião pública” (Jesus; Holanda, 2019, p. 174), no qual a população poderia interagir com os políticos e os seus partidos. Por conseguinte, a informação deixou de ser restrita aos conglomerados midiáticos hegemônicos (Gomes, 2001).

A plataforma da *web* disponibilizou uma gama de informações jornalísticas e acadêmicas sobre a temática política, e de igual modo facilitou e permitiu o emprego das *fake news* do modo tão amplo como é nos dias de hoje. O aprimoramento tecnológico das redes no início desse século impulsionou o destaque de partidos de diferentes tamanhos, inclusive aqueles que não usufruíam de uma ampla gama de recursos ao seu dispor, e que, por obra

disso, voltaram-se à internet com o propósito de alcançar uma maior paridade com os partidos maiores nas eleições (Jesus; Holanda, 2019, p. 174).

A gênese da Web 2.0 “trouxe novos serviços e possibilidades de interação trazidas por meio de redes sociais, que potencializam as maneiras de publicação, compartilhamento e organização de informação, bem como os espaços de interação” (Jesus; Holanda, 2019, p. 175). A mobilização política de indivíduos que se identificavam com as ideias de políticos e de seus partidos fortaleceu-se por volta da década de 2010, quando as redes sociais entraram em ascensão exponencial. Foi com fundamento nisso que as redes sociais puderam se tornar matrizes operacionais de campanhas políticas por meio da escrita e da postagem de mensagens de promoção de políticos, de seus partidos e de suas políticas em grupos com o mesmo interesse e discussões entre simpatizantes e opositores, acelerando a politização dos usuários das ditas redes como resultado (Aggio, 2010).

Com a finalidade de alavancar o engajamento entre os usuários, os políticos e seus partidos se dedicam “cada vez mais em visibilidade social, reputação [...], popularidade [...], e autoridade, que remete ao poder de influência e geração de conversações na rede” (Jesus; Holanda, 2019, p. 176). Ademais, com os desenvolvimentos tecnológicos da internet, as formas de comunicação política se tornaram gradativamente mais autônomas se comparadas às estruturas políticas tradicionais e aos meios de comunicação de massa. Dito isso, tais desenvolvimentos tecnológicos proporcionaram o acesso a informações nas quais os indivíduos se identificassem mais, de modo a complicar a efetivação do equilíbrio e plenitude de debates políticos e a favorecer a radicalização de opiniões graças à insuficiência de interações entre pontos de vista divergentes, consequentemente amplificando a polarização política (Sorj, 2006).

Um elemento notório para o entendimento da disseminação de desinformação nos países-membros da UE se refere ao fato de que, na atualidade das democracias liberais, relata-se um panorama no qual se concentra uma série de questões concentradas através de mecanismos não institucionais, de tal maneira que as decisões políticas são tomadas em dimensões fora do alcance dos cidadãos. Logo, havendo uma falta de comunicação com o Estado, há o aumento da insatisfação dos mesmos cidadãos quanto à realidade política da sociedade onde estão inseridos. Em função disso, as tecnologias da Web 2.0 geraram novos meios para a atuação política fora de procedimentos institucionais tradicionais e ocasionaram na maior participação política entre agentes sociais (Mouffe, 2016).

À vista disso, o bloco europeu realmente tem passado por vários obstáculos frente aos problemas mencionados. Tais obstáculos se resumem à limitação dos poderes da UE em face de seus Estados-membros – e, consequentemente, uma menor capacidade de agência por parte da organização –, a falta de engajamento político dos mesmos Estados quanto ao estabelecimento de políticas fundamentais do bloco, como uma política fiscal comum e o aprofundamento da união das guardas costeiras europeias, além do esvaziamento da política migratória comum pelas intervenções nacionais dos Estados-membros. Isso ocorre por efeito dos “receios das consequências distributivas de tal partilha de soberania em nível interno [...] e a perda de controle unilateral sobre instrumentos políticos” (Jesus, 2009, p. 121), além da resistência à concessão de autonomia às instituições que compõem o processo de integração europeu por Estados-membros que desejam manter as suas identidades como Estados de bem-estar social (Dinamarca, Suécia, Finlândia e Áustria, por exemplo) em face das políticas de privatização e de austeridade, aceitáveis pela UE (Scharpf, 2003), e, também, em função do “interesse ainda maior na preservação da estabilidade de suas identidades nacionais, de forma a perpetuarem entendimentos e expectativas sobre seus papéis na relação com os seus vizinhos e as instituições subnacionais e europeias” (Jesus, 2009, p. 121).

Sem as capacidades suficientes, o orçamento necessário, e o engajamento dos Estados-membros aos acordos relativos à integração do bloco, a União Europeia não consegue manejar os problemas da devida forma, ainda que a mesma faça muitas políticas de combate às crises e aos seus problemas. Não obstante a tudo isso, ainda assim, a fim de angariar ganhos políticos próprios, e aproveitando-se do ambiente da Web 2.0, a extrema-direita populista eurocética ataca a UE como se a mesma fosse insuficiente para a resolução dos problemas, ou até mesmo a causa deles. Assim, é nessa configuração em que se originam as *fake news*, especificamente da extrema-direita eurocética populista.

Em suma, esses grupos políticos rotineiramente disseminam fatos inverídicos com o intuito de convencer o público de que tais fatos são, na realidade, verídicos (Jesus; Holanda, 2019, p. 178-179), e que os atores que atacam – como a União Europeia, as instituições europeias, os refugiados ou os atores políticos pró-europeístas – são insuficientes, ineficientes, malignos, elitistas, maléficos etc. Assim sendo, o engendramento de informações falsas baseadas em fatos inverídicos ou na omissão de elementos e indicadores geralmente tem o intuito de propagar um conceito negativo, irônico ou antagônico a alguma questão (Brito, 2017). É uma forma de propaganda negativa que desconsidera a verdade, e que são

disseminadas de maneira muito rápida pela internet, além de exercerem um papel relevante no andamento de eleições (Jesus; Holanda, 2019, p. 179).

Outro ponto importante é aquele referente à atratividade das informações falsas para a população, o que, como sequela, torna-as mais suscetíveis de serem empregadas por grupos políticos. Em poucas palavras, as fake news frequentemente acabam sendo mais chamativas do que a verdade, ao passo em que trazem informações chocantes ou alegadamente confidenciais, sem que haja qualquer vínculo forte com a realidade dos fatos (Litzendorf Netto; Peruyera, 2018).

Em conclusão, a extrema-direita eurocética populista se aproveita dos mecanismos da Web 2.0 para disseminar notícias falsas, atrativas ao público leigo – insatisfeito com o aumento das desigualdades e do desemprego em virtude das crises, e também descontentes com o distanciamento da tomada de decisão em relação ao povo –, para atacar a UE, suas instituições e os seus apoiadores políticos, e adquirir ganhos políticos materializados no aumento de sua base eleitoral, convencida por discursos, em grande parte, mentirosos e dissimulados.

1.4) Efeitos da desinformação disseminada pela extrema-direita eurocética populista

A desinformação propagada por esses grupos políticos aponta que a UE não tem se posicionado de forma pertinente e firme para combater essas adversidades. Algumas *fake news*, inclusive, chegam a colocar a total culpa das ditas adversidades na União Europeia. Portanto, há de se dizer que a desinformação é feita tanto por governos, ou políticos de extrema-direita populista eurocética, quanto por canais de notícia, ou perfis de mídias sociais inclinados à extrema-direita.

Por exemplo, o periódico britânico de caráter eurocético e nacionalista, *Daily Express*, publica diariamente notícias a respeito do Brexit e de acontecimentos na União Europeia, rotineiramente tratando o primeiro em uma luz positiva, e o segundo como um bloco ineficiente, altamente burocrático e incompetente. No dia 2 de Outubro de 2023, para exemplificar, o jornal publicou um artigo sob o nome de “*Brexit ‘destroying the EU’ as Emmanuel Macron and Olaf Scholz caught up in childish spat*” (2023) – que traduzido para o português significa “Brexit ‘destruindo a UE’ enquanto Emmanuel Macron e Olaf Scholz se

envolvem em brigas infantis” –, no qual é argumentado que o Brexit fragilizou a UE, e que os mais proeminentes políticos pró-europeístas, o presidente da França e o chanceler da Alemanha, estariam se pondo em uma situação de descaso total com os problemas vigentes na Europa (McGrath, 2023a), de modo a retratar a UE e os seus mais importantes defensores como ineficientes, frágeis, infantis ou até mesmo incompetentes. Abaixo segue um recorte do destaque do artigo mencionado:

Imagem 1 – Artigo de jornal do *Daily Express*, “*Brexit ‘destroying the EU’ as Emmanuel Macron and Olaf Scholz caught up in childish spat*”

Brexit 'destroying the EU' as Emmanuel Macron and Olaf Scholz caught up in childish spat

Ben Habib believes Britain's departure from the bloc "will help destroy the EU".

By **CIARAN MCGRATH**

10:03, Mon, Oct 2, 2023 | UPDATED: 11:58, Mon, Oct 2, 2023



1.5k



Olaf Scholz and Emmanuel Macron (Image: GETTY)

Fonte: McGrath, 2023a.

A imagem que o *Daily Express* pretende passar da UE pós-Brexit é de suma importância para o sustento de pautas que os diretores e os financiadores do jornal apoiam. Além disso, foi por consequência de canais de notícia como esse, e de retóricas como essa – isto é, aquelas transmitidas por vários políticos eurocéticos, como Nigel Farage, do então partido UKIP –, que muitos britânicos foram convencidos de que a União Europeia era ruim para a economia britânica e que retirava grande parte das liberdades políticas, econômicas e migratórias do Reino Unido – muito embora a UE tenha limitações às capacidades políticas

perante os seus Estados-membros, além de o Reino Unido jamais ter se juntado à união monetária da Zona do Euro, e, também, nunca ter participado do Espaço Schengen, apesar de ter um acordo de colaboração com seus membros. Foi a partir disso que os mesmos britânicos foram convencidos, de igual modo, a votar a favor do Brexit durante o referendo de 2016.

Desde então, o Reino Unido tem passado por uma crise econômica e política de grandes proporções, de modo que numerosos negócios foram deslocados de Londres para cidades como Amsterdam e Bruxelas, dentro do bloco europeu (Scott, 2023), e que, somente em 2022, houve três primeiros-ministros em um período de dois meses: Boris Johnson, Liz Truss e Rishi Sunak (University of Oxford, 2023).

Outro caso que pode exemplificar o efeito da desinformação desses grupos políticos é o caso de Viktor Órban, primeiro-ministro da Hungria, que foi acusado de propagar desinformação em uma propaganda voltada contra a Comissão Europeia, então liderada por Jean-Claude Juncker, em que se afirmava que as políticas de migração da União Europeia são uma ameaça à segurança da Hungria, e que Bruxelas visava enfraquecer o direito dos Estados-membros à proteção de suas fronteiras, facilitar a imigração e introduzir metas obrigatórias de reassentamento dos imigrantes (Bayer, 2019). Visto isso, há de se demonstrar como que o governo de Órban possui grande poder na mídia húngara, como pode ser visto nos seguintes dados:

Desde 2018, o governo húngaro consolidou mais de 450 meios de comunicação social sob a Fundação Central Europeia de Imprensa e Meios de Comunicação Social (KESMA), pró-governo, que é controlada por um ex-líder do Fidesz. Quase 78 por cento dos meios de comunicação de notícias e assuntos públicos da Hungria são pró-Fidesz, de acordo com o monitor de mídia Mertek (Martirosyan, 2023).

Certamente, a desinformação disseminada pela extrema-direita eurocética populista gera demasiados efeitos negativos para a União Europeia, para a democracia liberal e para os pró-europeístas. Dentre os efeitos, consta a perda de capital político da UE, o distanciamento dos cidadãos europeus em termos de interesse e de participação nas estruturas integrativas do bloco, a manipulação das massas populares a favor de políticas autoritárias ou, em geral, questionadoras de princípios democráticos e, por fim, o aumento da divisão política dentro da União Europeia – e a resultante redução da possibilidade de resolução de problemas que o bloco enfrenta, em conjunto com a possível ampliação dos mesmos problemas.

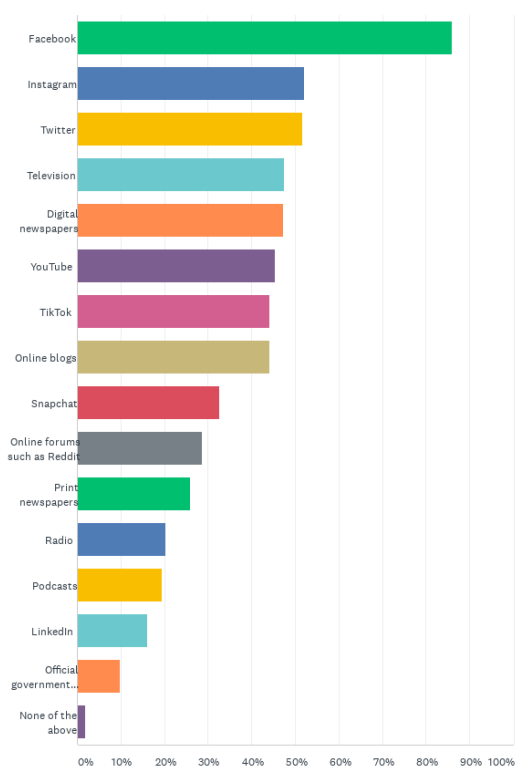
Em países como a Grécia, o Chipre, a Itália e a Espanha, mais afetados pela Crise da Zona do Euro, formou-se um cenário propício para a desinformação por parte da extrema-

direita eurocética populista, uma vez que ela pôde se utilizar das frustrações da população quanto à crise e ao consequente aumento das desigualdades para espalhar informações falsas e apontar a UE, o euro e a integração europeia como as principais culpadas pela crise (Eurobarômetro, 2018).

O gráfico abaixo – que traz resultados de uma pesquisa realizada com cidadãos de Estados-membros da União Europeia – aponta onde a desinformação sobre a organização europeia se origina.

Gráfico 1 – Quais das seguintes plataformas de mídia você acredita ter problemas com desinformação ou notícias falsas?

Q20 Which of the following media platforms do you believe have a problem with disinformation or fake news? (Tick all that apply)



Fonte: FIDU, 2022.

Evidentemente, segundo o gráfico, os principais veículos da disseminação de informações falsas aparentam serem as mídias sociais, advindas da revolução tecnológica da Web 2.0, com o Facebook, Instagram, Twitter (agora sob o título de “X”), TikTok, blogs online, Snapchat, Reddit, podcasts e o LinkedIn se entabulando na pesquisa, de forma

regressiva, como os nomes centrais das mídias sociais modernas. Agora, dentre os meios tradicionais de comunicação, a televisão aparece em quarto lugar, seguido dos jornais digitais, e, depois, jornais impressos (em 11º lugar), programas de rádio (12º lugar) e, por fim, as informações vindas diretamente do governo oficial (13º lugar) (FIDU, 2022).

Dito isso, outra pesquisa do mesmo relatório, em que se pondera sobre de onde e com que frequência os cidadãos europeus consultados retiram as informações sobre a União Europeia, traz dados importantes apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Meios de comunicação onde se ouve ou lê sobre a UE

Uma vez ou mais por dia
- Televisão: 27,01%
- Facebook: 26,17%
- Jornal digital ou impresso: 23,36%
Uma vez ou mais por semana
- Jornal digital ou impresso: 34,25%
- Televisão: 31,38%
- Rádio: 22,29%
Uma vez ou mais por mês
- Jornal digital ou impresso: 17,06%
- Televisão: 17,60%
- Youtube: 16,67%

Fonte: FIDU, 2022.

Logo de início, averigua-se que os indivíduos que ouvem ou leem sobre a União Europeia com mais frequência (uma vez ou mais por dia) tendem a se informarem por meios como a televisão (27,01%), Facebook (26,17%) ou por jornais digitais ou impressos (23,36%). Já os que ouvem ou leem sobre a UE com uma frequência moderada (uma vez ou mais por semana) se informam mais pelos jornais digitais ou impressos (34,25%), pela televisão (31,38%) ou pelo rádio (22,29%). Por último, os que ouvem ou leem sobre a organização europeia com menos frequência (uma vez ou mais por mês) se informam pelos jornais digitais ou impressos (17,06%), pela televisão (17,60%) ou pelo Youtube (16,67%) (FIDU, 2022).

1.5) Objetivos, recomendações e o seu alinhamento com os ODSs

Os objetivos deste *policy brief* são realizar o diagnóstico do avanço do euroceticismo de extrema-direita ligado à desinformação e propor recomendações para seu combate.

Visto isso, as recomendações propostas são direcionadas à Comissão Europeia e aos Estados-membros do bloco europeu, visando, em primeiro lugar, à criação de um órgão central europeu, ligado à Comissão Europeia, o qual se orientaria para o combate da desinformação, e que centralizaria e coordenaria os esforços do enfrentamento da desinformação, além de aplicar a melhoria das políticas de alfabetização midiática e de conscientização da população acerca das *fake news*. A segunda recomendação é relativa à formação de sistemas de *fact-checking* em cada um dos países-membros do bloco europeu, com o intuito de combater a desinformação dos mencionados grupos políticos, disponibilizando tais sistemas à população europeia. Em síntese, as recomendações são voltadas às áreas educativa e informacional dentro da UE, com a criação de uma instituição central europeia pela Comissão e a estruturação de sistemas de *fact-checking* pelos países-membros do bloco.

Em poucas palavras, a primeira recomendação seria concretizada como a fundação do dito órgão como um departamento da Comissão Europeia, e a posterior delegação das tarefas de enfrentamento da desinformação – hoje descentralizadas em muitas outras instituições, como será exposto à frente – para este órgão, seguido pela operação, por parte do mesmo, de um plano de reestruturação, medição e alteração orçamentaria, e, sobretudo, de centralização da tomada de decisões para a melhoria e atualização de políticas educativas europeias de alfabetização midiática e das campanhas de conscientização da população, financiadas pela Comissão Europeia. Tal plano seria baseado em um relatório no qual o novo órgão teria de publicar no tocante aos mecanismos já existentes do bloco europeu para o combate às *fake news*, posto que o órgão teria de mensurar o melhor caminho para a centralização e organização dos instrumentos e ações contrárias à desinformação na União Europeia para, então, permitir com que a Comissão desempenhe políticas educativas centralizadas de alfabetização midiática e de conscientização. Há de se falar que tais políticas seriam exercidas em conjunto com a cooperação dos Estados-membros com a Comissão Europeia. Agora, a segunda e última recomendação, por sua vez, é configurada pela ação dos Estados-

membros do bloco, mediada pela Comissão Europeia, para a criação de sistemas nacionais de *fact-checking* em cada um dos países da UE. Tais sistemas seriam disponibilizados para todos os cidadãos europeus como um meio de fundamentar um instrumento aberto, conciso, claro e confiável de *fact-checking* para desmascarar qualquer tipo de informação falsa, principalmente aquelas em que o objeto atacado é a União Europeia.

Por fim, deve-se afirmar que este *policy brief*, e as suas recomendações, estão especificamente alinhados com dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU): o quarto ODS, sobre educação de qualidade, no qual tem relação com uma das recomendações que será proposta aqui, onde se enfatiza o papel da educação para um sistema de aprendizado e de cidadania a favor do pensamento crítico por parte dos cidadãos, e do desenvolvimento de indivíduos que buscam compreender a veracidade de informações antes de tomá-las como verdadeiras; e o décimo sexto ODS, sobre paz, justiça e instituições eficazes, no qual, também relativa a uma das propostas deste *policy brief*, terá relação com a criação e aprimoramento de instrumentos de *fact-checking* nos Estados-membros da União Europeia.

2) DESENVOLVIMENTO

2.1) A extrema-direita eurocética populista

Com o objetivo de sondar as origens e efeitos da desinformação na União Europeia, é preciso estudar o seu principal expoente: a extrema-direita eurocética populista.

2.1.1) O perfil da extrema-direita eurocética populista

2.1.1.1) A extrema-direita

Segundo Cole (2005, p. 205), “[n]a maioria das vezes, o termo “direita” é usado para descrever estilos de pensamento que surgiram como uma resposta à

Box 8 – Liberalismo social
O liberalismo social, em oposição ao conservadorismo social, é uma visão política, geralmente associada ao progressismo, que preza pelo aumento das liberdades e dos direitos sociais dos indivíduos, como o direito ao aborto, ao casamento homoafetivo, à liberdade de expressão, à liberdade religiosa etc.

Fonte: Bell, 2014.

Box 9 – Socialismo
O socialismo é uma estrutura política e econômica que combina, em seus diferentes graus, a presença forte do Estado na economia e a ênfase no fortalecimento da igualdade socioeconômica de seus cidadãos.

Fonte: Verdery, 1996.

“esquerda” que remonta aos valores de 1789: igualitarismo, fraternidade e fraternidade”. Desse modo, por vezes, a direita se demonstra como a resposta para movimentos políticos da esquerda, como o liberalismo social e o socialismo ou comunismo (Cole, 2005, p. 205), retratados nos Boxes 8, 9 e 10 respectivamente. Logo, em consonância com o espectro político, a extrema-direita é, em síntese, o lado mais radical daquilo que se entende como direita. Isso significa que a extrema-direita é a versão que mais se opõe aos movimentos de esquerda, e que repetidamente combina aspectos nacionalistas, reacionários, populistas ou até mesmo fascistas em suas pautas e eloquências.

Box 10 – Comunismo

O comunismo é uma ideologia política, econômica e social que se opõe ao sistema capitalista na medida em que defende a extinção da propriedade privada, a socialização dos meios de produção, o fim da “mais-valia” – que é o excedente do valor produzido pelo trabalho do trabalhador, no qual os proprietários dos meios de produção tomam como lucro – e, principalmente, o fim das classes sociais pelo estabelecimento de uma sociedade igualitária.

Fonte: Marx; Engels, 2010.

Um dos traços da extrema-direita – sobretudo a que se acomoda com o populismo – é que ela expõe uma fala que “tenta reduzir a complexidade das estruturas sociais e econômicas e propõe explicações simples para desenvolvimentos complexos e muitas vezes globais” (Wodak, 2019, p. 21). Dessa maneira, a extrema-direita é qualificada pelo levantamento de tópicos como a preservação da identidade nacional e a defesa da soberania da nação frente aos seus “inimigos” (Wodak, 2019, p. 21) – designados periodicamente como os comunistas, a “ideologia de gênero”, as elites liberais, os judeus, os muçulmanos, os maçons etc.

Apesar disso, não se pode confundir a extrema-direita de modo geral com a extrema-direita populista, a despeito de a extrema-direita habitualmente vir acompanhada do populismo. A extrema-direita, de forma geral, é definida pela sua oposição à esquerda e pela radicalização das propostas capitalistas da direita. De modo bem amplo, tanto ideologias neoliberais quanto ultranacionalistas ou neofascistas/neonazistas podem ser consideradas como partes integrantes daquilo que se afirma como extrema-direita (Mudde, 2019).

A extrema-direita se apropria de narrativas de identidade nacional, de mitos nacionais, dos objetivos de defesa da soberania da nação e da religião tradicional do povo para justificar suas pautas socialmente conservadoras e tradicionalistas, além da existência da propriedade privada em contraste com a socialização dos meios de produção, e, muitas vezes, o porte de armas, a discriminação contra minorias étnicas, a redução do poder das instituições democráticas e o consequente aumento do autoritarismo ou totalitarismo (Wodak, 2019).

Por fim, embora seja possível classificar e enumerar as características da extrema-direita, definitivamente não é fácil assimilar o que acontece na parte interna de seus grupos. Diante disso, para Kathleen M. Blee (2007), muitos estudos sobre os movimentos da extrema-direita dependem de informações de panfletos, propagandas, discursos, promessas, propostas, sites da internet, publicações nas mídias sociais e eventos públicos para captar como tais movimentos se apresentam ao público, muito embora eles não sejam suficientes para revelar a ideologia interna e os objetivos dos membros do movimento, que são escondidos por uma fachada de retóricas que mascaram a realidade das dinâmicas internas dos grupos de extrema-direita (Blee, 2007).

b) Eurocética

O euroceticismo se resume ao “ceticismo sobre a Europa ou a integração europeia” (Hooghe; Marks, 2007, p. 120), ou seja, “refere-se a alguém que se opõe aos poderes da União Europeia” (Brack; Startin, 2015, p. 239) ou ao aumento de seus poderes mediante o aprofundamento da integração europeia.

Dito isso, o euroceticismo é caracterizado por suas críticas ou, em seu estado mais expressivo, sua oposição aos processos de integração europeia. Assim, o euroceticismo abrange uma gama que vai desde um olhar crítico até a um olhar extremamente negativo à integração europeia, as políticas de integração da UE, as instituições europeias e os princípios basilares da organização (Hooghe; Marks, 2007, p. 120).

Geralmente, a visão de mundo e o discurso dos eurocéticos se fundamentam sob as lentes nacionalistas e de defesa da soberania do Estado-nação europeu (Stavrakakis et al., 2017), além de se apoiar sobre cinco dimensões de atitudes negativas quanto à União Europeia: “desempenho, identidade, afeto, utilitarismo e fortalecimento” (Boomgaarden et al., 2011, p. 241). Entretanto, certamente há uma divergência de pontos de vista entre os eurocéticos de ambos os lados do espectro político, além de uma diferença quanto à razão pelo qual se definem como eurocéticos. De acordo com Liesbet Hooghe e Gary Marks (2007, p. 122), “os partidos radicais de esquerda opõem-se à integração europeia porque a consideram um projeto capitalista; os partidos de direita radical fazem-no como parte da sua defesa da soberania nacional”.

O euroceticismo contemporâneo se alimenta da insatisfação política generalizada, da falta de confiança institucional e da frustração da população com os rumos que a União Europeia e os seus respectivos países-membros seguem. Portanto, o euroceticismo é originado, muitas vezes, de debates que sugerem um “déficit democrático europeu”, alicerçado pela desconfiança institucional às instituições europeias e às suas figuras de autoridade, de forma a ser descrito pelas suas causas mais gerais, como mudanças nas práticas democráticas, a perda de confiança nas autoridades, a consequente menor participação política e eleitoral, além do aumento da inquietação econômica e cultural relativa às crises nas quais a UE e os seus Estados-membros atravessam (Hooghe; Marks, 2007, p. 121).

Outro ponto de germinação do euroceticismo é quando ele surge por obra da influência externa de elites – como certos partidos políticos e mídia – que veem a União Europeia e os processos de integração europeia como ameaças ou empecilhos aos seus interesses, e que, portanto, instigam a construção de percepções negativas à UE e a formação de uma visão eurocética no povo com o auxílio de retóricas comumente nacionalistas, populistas e inverídicas (Hooghe; Marks, 2007, p. 121).

Apesar de tudo isso, o euroceticismo pode ser categorizado por duas vias: o “*hard*” e o “*soft*”. Segundo Paul Taggart e Aleks Szczerbiak (2002), é explicado brevemente sobre o euroceticismo “*hard*”:

O EUROSCEPTICISMO HARD é aquele em que há uma oposição de princípio à UE e à integração europeia e, portanto, pode ser visto em partidos que acham que seus países devem se retirar da associação ou cujas políticas em relação à UE equivalem a se opor a todo o projeto de integração europeia como ele é concebido atualmente (Taggart; Szczerbiak, 2002, p. 4).

Depois, é dissertado sobre o euroceticismo “*soft*”:

EUROSCEPTICISMO SOFT é quando NÃO há uma objeção de princípio à integração europeia ou à adesão à UE, mas quando as preocupações em uma (ou várias) áreas políticas levam à expressão de uma oposição qualificada à UE, ou quando há uma sensação de que o ‘interesse nacional’ está atualmente em desacordo com a trajetória da UE (Taggart; Szczerbiak, 2002, p. 4).

Enquanto os partidos eurocéticos mais moderados tendem a uma linha de raciocínio mais “*soft*”, os partidos eurocéticos radicais, ultranacionalistas e neofascistas são, em sua maioria, eurocéticos “*hard*”. A diferença central está nas opiniões e atitudes perante a UE e suas instituições; assim dizendo, se são a favor de criticá-las e mudá-las por dentro (“*soft*”),

ou se preferem uma alternativa mais extrema, como a própria saída do bloco (“*hard*”) (Taggart; Szczerbiak, 2002, p. 4-6).

Entretanto, a ascensão dos partidos eurocéticos é, essencialmente, um reflexo do crescente descontentamento da população ao rumo das questões no contexto das crises que o continente atravessa ou atravessou nesse século. Tal descontentamento é voltado à União Europeia e aos partidos tradicionais *mainstream* da Europa, junto com os seus políticos (Brack; Startin, 2015, p. 242). Em sua maioria, os ditos partidos são de centro-direita ou centro-esquerda, formados por democratas cristãos, socialistas, conservadores ou liberais moderados ou sociais democratas, como são especificados no Box 11. Resumidamente, ao contrário desses partidos tradicionais – que são, de modo geral, muito pró-europeístas –, os eurocéticos tem uma perspectiva nacionalista exacerbada, e veem a UE como um empecilho à plena soberania das nações da Europa, além de promoverem discursos populistas para a mobilização de votos ao seu favor (Pirro; Taggart; van Kessel, 2018).

Box 11 – Partidos

mainstream de centro-direita e centro-esquerda da Europa: origens, suas políticas e exemplos

Os partidos *mainstream* de centro-direita e centro-esquerda da Europa traçam as suas origens, em seus moldes atuais, do Pós-Segunda Guerra Mundial, quando políticas keynesianistas e o Estado de bem-estar social estavam em alta. São eles: a União Democrata-Cristã (CDU), da Alemanha, o Partido Democrático (PD), na Itália, o Partido Social Democrata (PSD), em Portugal, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), na Espanha, e Os Republicanos (LR), na França etc.

Fonte: Gehler; Kaiser, 2004.

Ainda quanto à população eurocética, deve-se pensar que o seu euroceticismo advém em parte do aumento da desconfiança quanto às instituições democráticas na Europa, devido às consequências das crises supracitadas, como a elevação das desigualdades socioeconômicas, do desemprego e do preço dos aluguéis de imóveis. Além disso, tanto as elites quanto a população no geral começaram a se engajar mais nos debates políticos em um processo de politização da sociedade, e o questionamento às autoridades europeias se tornou cada vez mais comum, com o desdobramento de alegações de que a UE não é democrática. Segundo uma pesquisa de 2013 do Eurobarômetro, “66 por cento dos cidadãos sentem que a sua voz não conta na União Europeia (UE), e quase metade não está satisfeita com a forma como a democracia funciona, tanto em nível nacional como europeu” (Brack; Startin, 2015, p. 242). Nessa configuração, os líderes eurocéticos foram capazes de oportunamente mobilizar e explorar o descontentamento da população para o ganho de votos e a

consolidação de uma base eleitoral, de forma que o euroceticismo saiu de uma “posição marginalizada” entre as massas populares para se tornar paulatinamente mais *mainstream* (Brack; Startin, 2015, p. 241-242).

c) Populista

Sobre o populismo, Lazaridis, Campani e Benveniste (2016, p. 3) afirmam que

O termo “populismo” tornou-se uma forma comum de descrever muitos movimentos políticos muito diferentes, tanto na Europa como fora do continente europeu. Desde a década de 1980, tem sido utilizado para evocar a transformação da ideologia e das práticas políticas com retórica, estilo ou “narrativas” concebidas para conquistar audiências eleitorais (Lazaridis et al., 2016, p. 3).

Frequentemente usado como um termo pejorativo por figuras políticas para “caracterizar qualquer forma de oposição que pretenda representar a ‘voz do povo’ sem basear as suas declarações políticas em fatos reais e soluções viáveis para problemas reais” (Lazaridis et al. 2016, p. 5), o populismo possui várias definições e atributos diferentes. Entretanto, o populismo pode ser definido pela maneira em que o mesmo conjectura o seu respaldo pela “ênfase no povo e na elite, um povo supostamente homogêneo que se opõe a uma elite, não só dentro de um determinado país, mas também no nível da UE e no nível global (capitais financeiros) e contra “outros” definidos pela raça, religião, origem étnica ou sexualidade” (Lazaridis et al., 2016, p. 4). Desse modo, o populismo é orientado pela narrativa do combate a “elites que se prostram contra os interesses do povo”, isto é, os interesses nacionais, na medida em que tais elites deixam a nação ser influenciada por “forças externas inimigas”. Mesmo assim, o populismo não define quais elites e forças inimigas seriam essas, de forma que o fenômeno do populismo se verifica em inúmeras variações (Lazaridis et

Box 12 – Populistas e quem eles denominam como “inimigos do povo”

Partidos populistas de direita, por exemplo, geralmente identificam as elites inimigas como os “esquerdistas”, os comunistas, os judeus, a maçonaria etc. Além disso, as forças externas inimigas da nação, para a direita populista, ocasionalmente são referidas como o “globalismo”, ou a “Nova Ordem Mundial”. Já os populistas de esquerda, ao contrário, usualmente determinam as elites inimigas como os fascistas, os banqueiros, os latifundiários, os grandes capitalistas etc. Seguindo essa linha, os populistas de esquerda regularmente veem o mercado capitalista, a globalização e a “ordem neoliberal” como forças externas inimigas do interesse do povo.

Fonte: Stavrakakis et al., 2017.

al., 2016, p. 5), o que se revela como um de seus principais atributos, aprofundados no Box 12.

Uma das características focais do populismo é de que o seu discurso de “povo versus inimigos da nação” é usado para se colocar em posição de “defensor” dos interesses das massas populares em contraste à oposição, que, na lógica populista, é complacente com as forças externas inimigas ou ativamente trabalha a favor delas. Por conseguinte,

[o]s discursos populistas de extrema direita opõem o “povo verdadeiro” a uma “elite” alegadamente corrupta e baseiam-se regularmente em estereótipos bem conhecidos e estabelecidos do “Outro” e do “Estranho”, cuja exclusão discursiva e sócio-política supostamente cria um sentido de comunidade e pertença dentro do “povo” ou “*Volk*” supostamente homogêneo (Wodak, 2019, p. 21).

Por fim, o populismo surge, no contexto ocidental, com o aumento das desigualdades socioeconômicas e do consequente crescimento das inseguranças econômicas derivadas de crises financeiras, como a de 2008 ou a da Zona do Euro. Como resultado a isso, as massas começaram a se politizar e a se polarizar – como supramencionado –, e começaram a serem atraídas por oratórias que apelam para o reconhecimento de culpados pelas crises e demais problemas, e pela alegação da defesa do interesse comum. Em suma, os dois elementos principais do populismo são a diferenciação que ele faz entre o “eu”, defensor da nação e do povo, e o “outro”, corrupto e auto interessado; e o fato de que ele surge pela insegurança quanto ao crescimento das desigualdades socioeconômicas (Jay et al., 2019, p. 420).

2.1.2) O desenvolvimento da extrema-direita eurocética populista

Vistos os elementos que compõem esses grupos políticos, deve-se tratar sobre o desenvolvimento e o avanço da extrema-direita eurocética populista em três diferentes frentes: nos governos dos Estados-membros da União Europeia; nas instituições não-governamentais (como ONGs, mídia etc.), partidos e grupos políticos que não chegaram ao poder; e na população da UE. Assim, será possível compreender, de igual modo, o desenvolvimento da desinformação em diferentes camadas da sociedade europeia.

a) Governos de Estados-membros da União Europeia

Os partidos políticos da extrema-direita eurocética populista ascenderam em popularidade graças aos efeitos das crises que a UE passou e tem passado – a Crise de 2008, a Crise da Zona do Euro e a Crise dos Refugiados –, em especial o aumento das desigualdades sociais, da inflação e do desemprego. Essas consequências serviram como combustível à politização e à polarização da população europeia, e que, juntamente com as frustrações e inseguranças derivadas das crises, fomentaram o aumento do número de eleitores que buscavam uma opção política mais radical e heterodoxa, na qual prometia resultados eficientes, simples e rápidos, além de apontar culpados pelas crises, jurando os combater: este foi o meio pelo qual a extrema-direita eurocética populista ganhou tração em eleições por toda a União Europeia (Schmidt, 2019). Isso pode ser visto no seguinte trecho:

O que não há dúvida é que o declínio dos níveis de identificação partidária e a aparente incapacidade dos partidos estabelecidos para abordar questões políticas criaram aberturas nas arenas da competição partidária para serem exploradas pelos partidos empreendedores. Como tal, a ascendência da extrema direita pode não ser uma resposta à nova esquerda, mas sim a tempos económicos incertos e à perda de confiança nos governos prevaletentes (Cole, 2005, p. 204).

No entanto, há de ser dito que esse grupo político radical se aproveitou das frustrações e inseguranças da população europeia, mobilizando-as por meio da disseminação de informações falsas que atacavam os seus oponentes políticos, a União Europeia e os então governos dos Estados-membros da UE, de forma julgar a todos eles como incompetentes, ineficientes, corruptos ou auto-interessados, e, então, culpá-los pelas crises. Esse é o instrumento principal para a ascensão política dos partidos de extrema-direita eurocética populista.

À vista disso, nas décadas dos anos 2000 e 2010, o avanço desse grupo político foi evidenciado com a eleição dos Tories (*Conservative and Unionist Party*) no Reino Unido, que lideraram o processo de negociação do Brexit, a eleição do partido Lei e Justiça (PiS / *Prawo i Sprawiedliwość*), na Polônia, a radicalização e emancipação do controle político do partido Fidesz, na Hungria, o sucesso da Liga Norte (*Lega Nord*) e dos Irmãos de Itália (*Fratelli d'Italia*), na Itália.

O presidente do partido polonês Lei e Justiça, Jarosław Kaczyński, por exemplo, tem argumentado contra a proposta de reforma dos tratados da União Europeia, dizendo que a UE estaria maquinando um “plano alemão para aniquilar o Estado polonês” (Tilles, 2023).

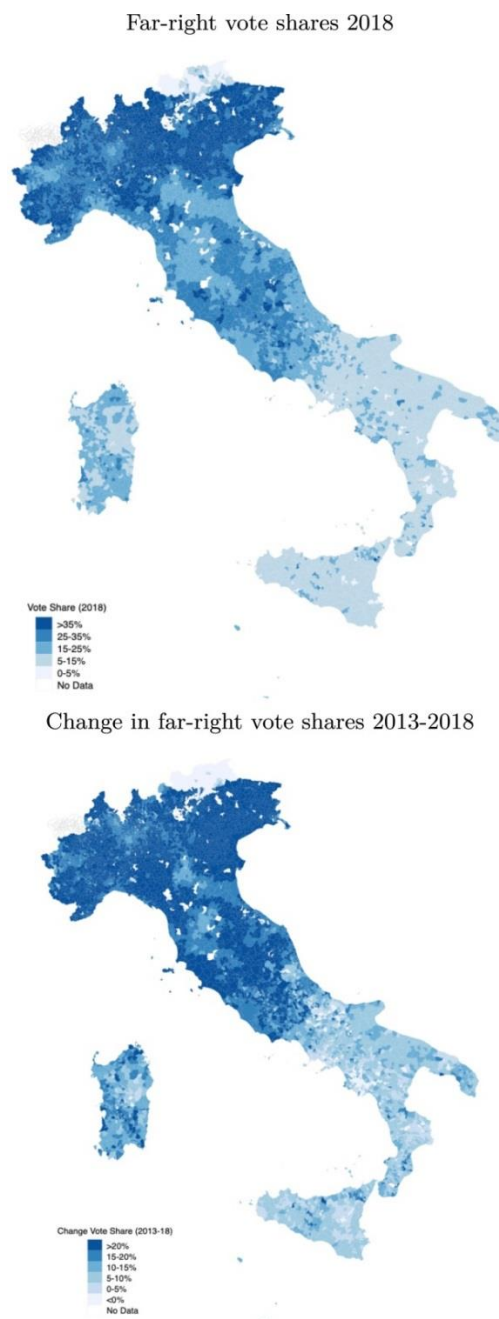
Segundo o periódico, *Notes from Poland*, o partido sempre foi contra a centralização da UE e a delegação de poderes a Bruxelas, como pode ser visto pela fala do eurodeputado Jacek Saryusz-Wolski, também do mesmo partido, que chamou as propostas de reforma do tratado como uma “tomada de poder antidemocrática pelas costas dos cidadãos que provocaria a ‘autodestruição’ da EU” (Tilles, 2023). Outro político partidário, Ryszard Legutko, reivindicou que a União Europeia se tornou um objeto muito perigoso para os seus Estados-membros, e apresentou que a figura do bloco remete à história do “Doutor Frankenstein”, “que queria criar uma criatura maravilhosa, mas em vez disso criou um monstro” (Tilles, 2023). Outro exemplo, vindo deste partido, é derivado do próprio primeiro-ministro polonês, Mateusz Morawiecki, que fez um pronunciamento em março desse ano dizendo que ele se opunha à visão de uma União Europeia centralizada e “neo-imperialista” no qual Bruxelas pretendia estabelecer (Packroff, 2023), referenciando ao mito, no qual os eurocéticos populistas geralmente se utilizam para atacar a UE e os seus defensores, de que “os pró-europeístas de Bruxelas” pretendem criar um “superestado europeu” (Jesus, 2013).

Em novembro desse ano, Viktor Orbán, do partido húngaro Fidesz, inaugurou uma “consulta nacional” voltada ao tema da soberania húngara, e à qual a oposição critica como uma propaganda política manipuladora mascarada como um palco público com tendências enviesadas. A “consulta” se baseia em onze perguntas que são respondidas com um “sim” ou um “não”, e elas demonstram com clareza o aspecto eurocético e populista do partido ao fazer acusações contra a União Europeia e as suas autoridades em Bruxelas em todas das onze perguntas. Uma das perguntas, a título de exemplo, era “Bruxelas quer estabelecer guetos de migrantes na Hungria. Considera que não deveríamos permitir a criação de guetos de migrantes na Hungria ou que os planos de migração de Bruxelas deveriam ser aceites?” (Inotai, 2023). Evidentemente, a pergunta apresenta informações falsas e toma como verdadeira a pressuposição de que a UE almeja estabelecer “guetos de migrantes” na Hungria.

Além disso, o político Matteo Salvini, representante do supracitado partido italiano, Liga Norte, e atual vice-presidente do Conselho de Ministros da Itália, foi destaque no cenário europeu quando reforçou suas críticas à UE, tendo clamado pela saída de seu país da UE múltiplas vezes, e também ao Euro, pelo qual foi chamado de “crime contra a humanidade” em uma de suas falas (Knight, 2019).

Esses governos estabeleceram a sua base eleitoral por meio de políticas de desinformação e de oportunismo quanto às frustrações das massas populares. Em um mapa informativo do caso italiano, é possível ver o aumento da base eleitoral de partidos da extrema-direita eurocética populista no mesmo período de alta da Crise dos Refugiados (entre 2013 e 2018):

Mapa 1 – Parcelas de votos da extrema direita nos municípios italianos em 2013, e de 2013 a 2018



Fonte: Gamalerio et al., 2023, p. 6.

A explicação deste mapa pode ser resumida pelo seguinte parágrafo:

O mapa superior apresenta uma representação visual das parcelas de votos dos partidos de extrema direita nas eleições nacionais de 2018. O mapa inferior fornece evidências da mudança nas cotas de votos dos partidos de extrema direita dos partidos de extrema direita entre as eleições nacionais de 2013 e eleições nacionais de 2018. Os municípios em branco não foram incluídos na análise devido à falta de dados (Gamalerio et al., 2023, p. 6).

Uma interpretação que se pode ter a esse fenômeno é de que os partidos da extrema-direita eurocética populista angariaram o maior número de votos na Itália nos períodos de crises maiores enfrentadas pela União Europeia. Nota-se que o sul da Itália, ao contrário do norte, não votou em peso para os partidos da extrema-direita. Isso ocorre por diversos fatores históricos e socioeconômicos – como a desigualdade de riqueza entre essas regiões –, mas uma das interpretações que pode ser dada a este fato, no contexto da Crise dos Refugiados, é que o norte da Itália é mais rico, tem uma infraestrutura maior e mais empregos do que o sul do país, portanto, atraindo mais imigrantes e refugiados. Dessa forma, admite-se que o norte teve mais eleitores da extrema-direita do que o sul justamente porque a população do norte presenciou a entrada dos migrantes em suas regiões, o que consideravelmente aumentou as chances da população italiana local de estar frustrada ou assustada quanto a isso, e, então, de ser vulnerável às informações falsas sobre o assunto, logo, agregando mais votos para a extrema-direita na área (Bulli; Soare, 2018).

No decorrer do referendo britânico de 23 de junho de 2016, as zonas mais rurais e desindustrializadas do Reino Unido votaram a favor da saída da União Europeia, em detrimento de zonas urbanas – como Londres, Oxford, Bristol, Liverpool, Belfast, Edimburgo e Manchester –, que votaram pela permanência no bloco. As áreas mais desindustrializadas e pobres não sentiram de forma expressiva os benefícios das políticas comuns da União Europeia e foram profundamente afetadas com o avanço da crise econômica.

Em conclusão, os partidos que compõem os governos da Hungria, Polônia, Itália e Reino Unido se aproveitaram de situações de crise para mobilizar a frustração da população através da disseminação de informações falsas com o intuito de adquirir votos e consolidar o seu poder no governo.

b) Instituições não-governamentais, partidos e grupos políticos que não chegaram ao poder

Entre atores da sociedade civil, como a mídia e ONGs, constam agentes de apoio às ideias da extrema-direita eurocética populista. Jornais como o *Daily Express*, um jornal britânico eurocético que apoiou o processo do Brexit, publicam rotineiramente artigos com conteúdo inverídico e distorcido. Estes são a imprensa apoiada por elites e por partidários com tendências eurocéticas de extrema-direita. Para exemplificar, o próprio *Daily Express* publicou um artigo, no dia 25 de outubro desse ano, que, traduzido do inglês, chama-se “Alerta para uma nova conspiração radical da UE apoiada por Guy Verhofstadt para criar um ‘superestado’ alemão” (2023).

Para contextualização, deve-se clarificar que Guy Verhofstadt é um eurodeputado pela região belga de Flandres, no Parlamento Europeu, que advoga pelo estabelecimento de uma federação supranacional europeia. Por causa disso, a imprensa eurocética da extrema-direita costumeiramente usa a sua imagem como um “bicho-papão” da “conspiração supranacional europeia”. Nesse artigo, para ser mais exato, é utilizada, também, a figura de Olaf Scholz, o chanceler pró-europeísta da Alemanha, alegando que o seu gabinete pretende instituir um superestado europeu centrado na Alemanha (McGrath, 2023b).

Partidos como o UKIP (Partido de Independência do Reino Unido), a AfD (Alternativa para a Alemanha), o Vox – da Espanha –, o *Rassemblement National* (Reagrupamento Nacional) – da França –, o FVD (Fórum pela Democracia) – dos Países Baixos – e o Chega – de Portugal – são exemplos de partidos políticos da extrema-direita eurocética populista que, embora nunca tenham formado maioria no governo, são proponentes de mensagens mentirosas e de desinformação voltada para os círculos eleitorais. Todos esses partidos exercem um caráter populista e eurocético fortes, incluindo políticas de anti-imigração e de afrontas à UE.

Há muitos outros partidos e políticos da extrema-direita eurocética populista que fazem críticas e ataques à União Europeia e ao processo de integração europeu, mas dentre os citados, vale citar o partido alemão Alternativa para a Alemanha (AfD / *Alternative für Deutschland*), que defende a limitação da cooperação econômica no bloco e a restrição da política comum de segurança e defesa da UE. Outro exemplo explícito é o de Marine Le Pen, do partido francês Reagrupamento Nacional, ao passo que ela, como líder populista e

eurocética, opõe-se à manutenção e expansão do Espaço Schengen, tendo feito várias menções à “tirania de Bruxelas” e à “oligarquia europeia em Bruxelas” (Knight, 2019).

O partido espanhol Vox, por exemplo, “acusa a UE de exceder persistentemente os seus poderes e legislar sobre questões nacionais, e alega que Bruxelas se rendeu aos ambientalistas e aos lobbies ‘ideológicos radicais’” (Johnston, 2023). Além disso, o líder do partido, Santiago Abascal, apoiado por outros populistas como Viktor Orbán, Mateusz Morawiecki e Giorgia Meloni, fez, em julho desse ano, um discurso que afirmava que “a política interna da Espanha foi ‘decidida pelos burocratas de Bruxelas ou pelos separatistas bascos e catalães’” (Johnston, 2023), claramente atacando as autoridades da União Europeia e os oponentes do nacionalismo espanhol em um tom populista e mentiroso. Assim, mesmo não formando governos, tais partidos da extrema-direita eurocética populista ganharam força durante crises que perduraram em seus respectivos países, e que deixaram um ambiente propício à manipulação das massas por *fake news*.

Por exemplo, o UKIP ganhou força após a Crise da Zona do Euro, e repercutiu ainda mais entre os eleitores britânicos durante as primeiras etapas do processo do Brexit. Para exemplificar isso, pode-se falar do caso quando, em uma campanha iniciada em 2016, no período de preparo para o referendo do Brexit, o UKIP criou um pôster pró-Brexit demonstrando uma fila de milhares de refugiados, de etnia originária do Oriente Médio, com a frase (traduzida do inglês) “ponto de ruptura: a UE falhou com todos nós”, além de “nós precisamos nos libertar da UE e tomar de volta o controle de nossas fronteiras”. Com isso em mente, o pôster foi amplamente criticado como xenofóbico, racista e islamofóbico, já que colocava a figura do refugiado muçulmano do Oriente Médio como um problema a ser evitado, isto é, bloqueado nas fronteiras. Vale mencionar que o pôster também foi tachado como mentiroso, uma vez que o pôster sugeria que os refugiados da imagem seguiam rumo ao Reino Unido naquele exato momento, o que não era verdade, pois a foto era de refugiados cruzando a fronteira entre a Eslovênia e a Croácia em 2015 (Stewart; Mason, 2016). Segue a imagem de Nigel Farage ao lado do dito pôster:

Imagem 2 – Nigel Farage à frente do pôster pró-Brexit do partido UKIP



Fonte: Toynbee, 2019.

Além disso, a AfD, o Vox, o *Rassemblement National*, o FVD e o Chega cresceram mais nas porcentagens de votos durante períodos de crise. A mais recente, a fim de ilustração, foi a Crise dos Refugiados Ucranianos, que, fugindo da Guerra da Ucrânia, foram recebidos por vários países europeus. Estes, no decorrer dos últimos tempos, têm visto a crescente crítica de partidos da extrema-direita às autoridades, que recebem os ucranianos aos milhares, de forma que tais partidos e grupos políticos radicais têm elaborado e espalhado informações falsas quanto aos governos, que são tratados como incompetentes, e quanto aos ucranianos, que são retratados como ingratos, perigosos, violentos e parasíticos, e que são responsabilizados em denúncias falsas por crimes ou ataques nos quais não cometeram, além de serem comumente associados como nazistas ou dissidentes políticos que prejudicariam os países em que imigraram ao consumir o dinheiro dos contribuintes e causar desordem nos grandes centros urbanos (Walter, 2023). É notório como muitas das informações falsas a esse respeito acabam por atacar a própria União Europeia e o Espaço Schengen, resultante do aprofundamento da integração europeia, na medida em que a UE incentiva o acolhimento destes refugiados, e o Espaço Schengen permite com que os mesmos tenham um acesso facilitado aos diferentes países que compõe a área.

c) População da União Europeia

A radicalização de certas frações da população é provinda da polarização e politização da população europeia, que tem suas raízes nas crises socioeconômicas da UE. Em relação à polarização e à politização, a primeira tem a ver com o processo de aprofundamento das divergências de opiniões políticas entre a população, e a segunda diz a respeito do maior engajamento da população com as eleições e as dinâmicas de assuntos políticos, além do aumento dos debates e da contestação de políticas como aquelas envolvendo a integração europeia (Schmidt, 2019, p. 1-5).

No meio tempo do processo de radicalização de parcelas do povo, surgiram ativistas e militantes de natureza nacionalista, xenofóbica, islamofóbica e conservadora da extrema-direita eurocética populista. Muitos, inclusive, formaram *blogs* e canais midiáticos pelas redes sociais (Mazur; Chochia, 2022, p. 24), onde poderiam divulgar ideias, anunciar eventos, organizar manifestações e passeatas, defender ideários políticos, promover partidos políticos etc.

Em um artigo publicado no Listverse, chamado “Top 10 Reasons The European Union Is Doomed” (2017) (“As 10 principais razões pelas quais a União Europeia está condenada”), o autor, Ash Sharp, apresenta, de forma irônica e descontraída, as dez razões pelas quais a UE estaria fadada ao fracasso. Uma das razões indicadas é a estagnação econômica de países como a Grécia, de forma a culpar Bruxelas pelas consequências da Crise da Zona do Euro. Assim, como um meio informal de capturar a atenção e responsabilizar a UE por uma sugerida ineficiência na resolução do problema, o autor ainda diz: “olá, crianças da Europa, lembrem-se de como nos últimos 15 anos vocês estiveram desempregados? Adivinha! Vocês ainda estão ferrados” (Sharp, 2017). Outra razão dada é que a UE seria antidemocrática, e que a liderança francesa e alemã do bloco se resume a frase: “regule tudo e espere que ninguém lhe pergunte o que fazer a seguir” (Sharp, 2017). De forma errônea, o artigo é apresentado como verídico e que passou por um processo de fact-checking por um terceiro, mas isso é questionável, uma vez que o artigo aparenta ser enviesado à proporção que apresenta cherry picking de referências.

Imagem 3 – Capa do artigo “As 10 principais razões pelas quais a União Europeia está condenada”

Top 10 Reasons The European Union Is Doomed

by Ash Sharp

fact checked by Jamie Frater



For almost 25 years, the European Union has been a model of democracy, free trade, and fraternity between nations. Or, to put it another way, the EU has been a feeding trough for plutocrats and the worst kind of cronies to ever besmirch the good name of **crony capitalism**. It's a contentious issue, and while of course there are good and bad things about the union, it's a dead duck. Here's why.

Fonte: Sharp, 2017.

No início do artigo, como é possível ver pela imagem acima, é dito o seguinte:

Durante quase 25 anos, a União Europeia tem sido um modelo de democracia, livre-comércio e fraternidade entre as nações. Ou, dito de outra forma, a UE tem sido um alimentador para plutocratas e para o pior tipo de comparsas que alguma vez manchou o bom nome do capitalismo de compadrio. É uma questão controversa e, embora haja coisas boas e más sobre a união, ela é um pato morto. Aqui está o porquê (Sharp, 2017).

Os ataques à União Europeia são visíveis, e o fato de que é tido como verídico, como pode ser visto no canto superior direito da imagem, onde é divulgado que o artigo fora “*fact checked*” por Jamie Frater – outro usuário do site. Observa-se que em nenhum momento é explicado de que modo o artigo passou pelo processo de *fact-checking*, e o fato de que o dito processo fora conduzido por outro usuário qualquer do site reduz a validade da suposta veracidade dos fatos apresentados, uma vez que tal usuário não necessariamente é um profissional, ou até mesmo não conduziu o *fact-checking* de maneira apropriada ou honesta. Apesar disso, muitos leitores acabam acreditando nas palavras de artigos como esse, o que movimenta muitas ações políticas por parte da população, como a mudança de votos, o ativismo político e a organização de manifestações políticas.

Um exemplo de uma manifestação política da extrema-direita eurocética populista será mostrada abaixo:

Imagem 4 – Manifestação nacionalista eurocética em Varsóvia organizada como uma marcha comemorativa dos 100 anos de independência da Polônia

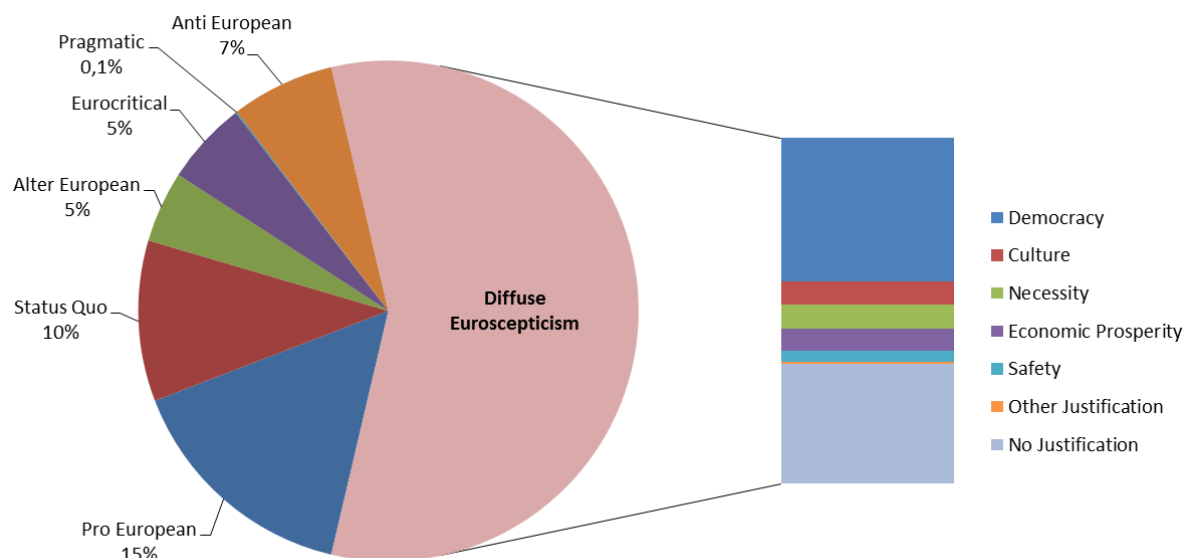


Fonte: Plucinska; Florkiewicz, 2018.

Acima é uma imagem da marcha de comemoração dos 100 anos de independência da Polônia. A população segura bandeiras polonesas, bandeiras do partido italiano Força Nova (*Forza Nuova*), e do partido polonês Acampamento Radical Nacional (ONR / *Obóz Narodowo-Radykalny*). Ambos são partidos da extrema-direita nacionalista eurocética. Nesse contexto, relatos constam que manifestantes gritavam “fora com a UE!”, e cantavam “ontem foi Moscovo, hoje é Bruxelas, despojando-nos da nossa soberania” (Plucinska; Florkiewicz, 2018).

Tendo tudo isso em vista, o panorama geral das proporções das discussões online sobre a UE pode ser visualizada com o seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Avaliações da UE em discussões online e justificações para o “euroceticismo difuso”



Fonte: De Wilde, 2014.

O Gráfico analisa as discussões online sobre a União Europeia, incluindo *posts* e troca de mensagens nas redes sociais, publicações em blogs etc. Enquanto 42,1% das discussões sobre a UE não são do “euroceticismo difuso” – isto é, discussões eurocéticas em geral –, 57,9%, o são. Das partes que compõe os 42,1%, 7% são discussões anti-europeias (ou “eurofóbicas”), ou seja, opostas a qualquer ator europeu – o que não é necessariamente eurocético em natureza – 0,1% são discussões pragmáticas, 5% são críticas à UE, 5% defendem a alteração da estrutura do bloco, 10% argumentam pelo *status quo*, e, finalmente, 15% são pró-europeístas, ou seja, a favor do aprofundamento da integração europeia. Já quanto aos 57,9% que compõe as discussões “eurocéticas difusas”, a maior parte fala sobre a democracia, ou o suposto “déficit democrático europeu”, enquanto outra grande parte é composta por discussões eurocéticas sem alguma justificativa clara contra a UE (ou apenas por acusações). Há também parcelas dessas discussões eurocéticas que falam do aspecto cultural – sobretudo da defesa da cultura e da língua nacional como parte integrante da soberania dos Estados-membros frente à “entidade supranacional” –, da necessidade, da prosperidade econômica e da segurança, argumentando contra a União Europeia (De Wilde, 2014).

Diante dos dados transmitidos, a agência autônoma dos indivíduos que compõem as massas europeias não só é essencial para a formação dos movimentos políticos da extrema-direita eurocética populista e da base eleitoral de seus partidos políticos, mas também para a

estruturação, confecção e disseminação de informações distorcidas, notícias falsas e propagandas mentirosas da extrema-direita. Em suma, os partidos políticos desse espectro político ganham muito com a atuação de sua base eleitoral mais militante nas mídias sociais, visto a dinâmica da Web 2.0.

2.2) Respostas da União Europeia às crises

Um dos principais argumentos usados pelas estratégias de desinformação da extrema-direita eurocética populista é de que a União Europeia foi ineficiente ou pouco fez a respeito das crises que se agravaram nos últimos anos. Há, também, alegações de que a UE é a própria causa dessas crises, e que se a integração europeia fosse reduzida tais crises não existiriam ou seriam muito mais brandas e, portanto, seriam de fácil resolução se comparado com a nossa realidade, no qual a UE tem as suas competências diante de seus Estados-membros.

À vista disso, a desinformação desses grupos políticos transmite a imagem de uma UE abstraída de pró-atividade na deliberação de respostas às crises, o que não é verdade, pois, diante dessas crises, as instituições europeias efetivamente reagiram e empregaram planos e desenvolvimentos para contorná-las e para, então, combater os seus efeitos. Em função disso, a desinformação da extrema-direita eurocética populista convenientemente omite a verdade e deforma a realidade dos fatos para servir à narrativa de que a União Europeia é inerte em tempos de crise, é ineficiente em suas decisões ou seguramente é a própria causa das adversidades vindas das crises.

Dito isso, para encarar a realidade dos fatos, deve-se mencionar quais foram (e são) as respostas da União Europeia às crises, como a Crise da Zona do Euro e a Crise dos Refugiados.

2.2.1) Crise da Zona do Euro

Em relação à Crise da Zona do Euro, deve-se mencionar que, em 2010, a Grécia pediu ajuda da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI), e recebeu ajuda financeira em troca da realização de políticas de austeridade fiscal e reformas estruturais. Entretanto, a aplicação de tais políticas se atestou como muito difícil para a Grécia, em virtude das manifestações contrárias às mesmas (Copelovitch et al., 2016).

Além disso, as instituições da UE empreenderam muitas ações, em conjunto com seus Estados-membros, para o combate da crise e à recuperação de suas economias: foram criados dois programas temporários de financiamento, o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e o Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira (MEEF), em 2010, e uma organização intergovernamental permanente, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), em 2012. Enquanto o primeiro é um fundo de salvaguarda de estabilidade financeira, operado pelo MEEF, por meio de assistência monetária aos países pertencentes à Zona do Euro, que estão com problemas de dívidas, o último serviu como substituto a ambos os programas temporários, e providencia acesso a programas de assistência monetária aos países da Zona do Euro nos quais estão com problemas financeiros (Copelovitch et al., 2016). O Box 13 narra de que maneira a ajuda financeira é feita pelo FEEF, e também quanto dinheiro é disponibilizado pelo mesmo e pelo MEE.

Box 13 – Detalhes sobre o FEEF e o MEE

O FEEF (também conhecido como EFSF, na sigla em inglês) concretizava essa ajuda financeira por intermédio de títulos de crédito e empréstimos, totalizando, só em sua capacidade de empréstimo, um fundo de cerca de 440 bilhões de euros. Enquanto o MEE (também conhecido como ESM, na sigla em inglês) possui capacidade de empréstimo de aproximadamente 500 bilhões de euros.

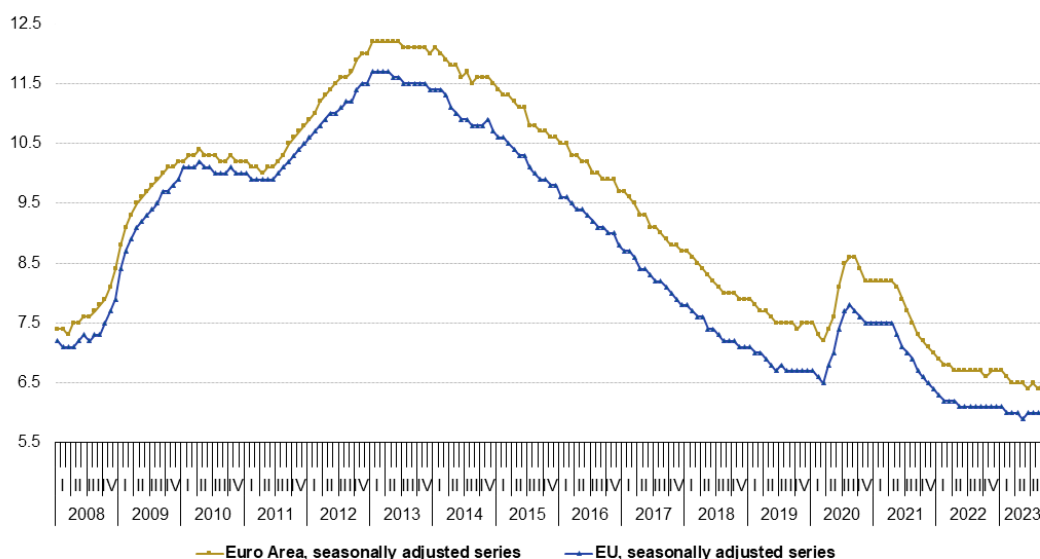
Fonte: Copelovitch et al., 2016.

Outras instituições europeias tiveram, do mesmo modo, impacto no combate a essa crise, como o Banco Central Europeu, que, além de disponibilizar uma parcela de dinheiro aos aludidos fundos, ajudou a amenizar os efeitos negativos da crise por meio da redução da taxa de juros e da disponibilização de empréstimos de mais de um trilhão de euros com a finalidade de manter o fluxo monetário entre os bancos e economias europeias.

Com o cumprimento de todas essas medidas, países como a Grécia, a Espanha, a Itália, o Chipre, a Irlanda e Portugal puderam se recuperar lentamente, além de que os índices de desemprego na Zona do Euro encolheram de taxas em torno de 12%, em 2014, para quase 6%, em 2023 (Arnold, 2023). Isso pode ser visto no seguinte gráfico:

Gráfico 3 – Taxas de desemprego, na União Europeia e na Zona do Euro, com ajustes sazonais, de janeiro de 2008 a setembro de 2023

Unemployment rates, EU and EA, seasonally adjusted, January 2008 - September 2023



Source: Eurostat (online data code: une_rt_m)

eurostat

Fonte: Eurostat, 2023

O gráfico mostra dois parâmetros ajustados sazonalmente – a taxa de desemprego na Zona do Euro (em laranja) e na União Europeia (em azul) – em um período de tempo específico, do primeiro trimestre de 2008 ao terceiro trimestre de 2023.

A partir do segundo trimestre de 2008, devido ao advento da crise financeira global, há a ascensão exponencial da taxa de desemprego de ambos os parâmetros, embora a taxa de desemprego na Zona do Euro permaneça acima daquela da União Europeia do início ao fim. Já no início de 2010 até o segundo trimestre de 2011, as taxas reduziram graças às medidas da União Europeia, com a formação do FEEF e do MEEF, em 2010. Todavia, as taxas voltam a subir no terceiro trimestre de 2011, até que atingem o seu ápice no quarto trimestre de 2012. Foi neste momento, precisamente em setembro de 2012, que o MEE foi constituído, e os mecanismos de estabilidade na Zona do Euro foram

Box 14 – Pandemia da COVID-19

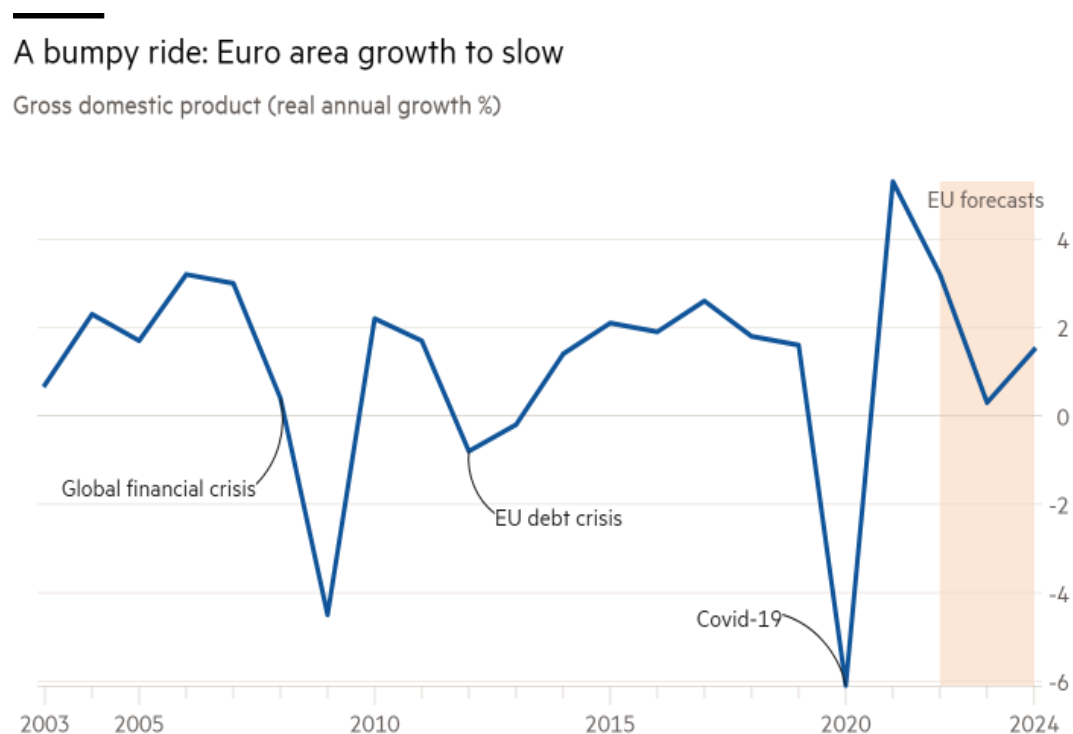
A Pandemia da COVID-19 foi uma epidemia de escala global do Coronavírus, um patógeno originário da cidade de Wuhan, na China. Tendo sido declarada como uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional (PHEIC) pela OMS, do dia 30 de janeiro de 2020 ao dia 5 de maio de 2023, a Pandemia da COVID-19 afetou a política, a economia e o bem-estar de várias sociedades ao redor do mundo, onde políticas de *lockdown* e de restrições ao comércio e à circulação nas ruas foram amplamente aplicadas pelo mundo inteiro. Até novembro de 2023, houve aproximadamente 772 milhões de casos e cerca de sete milhões de mortes confirmadas.

Fonte: OPAS, 2023.

formalizados. De 2013 ao início de 2020, as taxas de desemprego da UE e da Zona do Euro decaíram continuamente, com a exceção do período dos primórdios e de piora da Pandemia da COVID-19 – explicada no Box 14 –, do segundo trimestre de 2020 ao segundo trimestre de 2021, no qual a prática de políticas de *lockdowns* e de restrições ao comércio e às fronteiras se tornou muito comum. Depois disso, as taxas voltaram a cair, até que se estabilizaram por volta dos 6-6,5% no segundo trimestre de 2022 em diante.

Outro indicador importante para o entendimento deste período de crise é a da mudança anual do PIB, como pode ser visto abaixo:

Gráfico 4 – Aumento anual do PIB na Zona do Euro de 2003 a 2022, com uma previsão para 2024



Fonte: Fleming; Arnold, 2022.

O gráfico acima representa o crescimento anual do PIB na Zona do Euro, entre 2003 e 2022, com uma

previsão para 2024. Dito isso, pode se observar como que houve um aumento gradual de 2003 a 2007, até que houve uma queda brusca, dada a Crise Financeira de 2008. Então, a taxa de crescimento anual do PIB na Zona do Euro passou de 3%, em 2007, para aproximadamente -4% em 2009. Depois, a taxa volta a subir para o patamar de 2%, em 2010, mas volta a decair de 2011 a 2012, com a Crise da Zona do Euro, para quase -1%. Posteriormente, com a implementação de políticas de mitigação dos efeitos do aumento da dívida pública em países da Zona do Euro, as taxas de crescimento anual do PIB voltam a crescer gradativamente, até chegar a quase 3% em 2017. Todavia, com a Pandemia da COVID-19, o indicador vai para -6% – a menor taxa do período entre 2003 a 2022 –, em razão das políticas de *lockdown* e a redução do comércio doméstico e internacional de produtos e de serviços, mas volta a crescer em 2021, com o gradual retorno das atividades econômicas, e a instauração de pacotes de ajuda econômica pela União Europeia – os chamados *Coronabonds*, concretizados pelo plano de recuperação econômica do *Next Generation EU* – explicado no Box 15 –, que promete retornar o crescimento dos Estados-membros e orientar a UE para a transição energética com o auxílio de investimento de cerca de 800 bilhões de euros (União Europeia, 2023b). A previsão de queda do crescimento anual do PIB de 2022 a 2023, de 3% a quase 0%, é devido à Guerra na Ucrânia, embora a previsão para 2024 seja de crescimento para quase 2% (Fleming; Arnold, 2022).

Box 15 – *Next Generation EU*

Concebido após rodadas de negociação entre os Estados-membros e a Comissão Europeia, o *Next Generation EU* é um plano de recuperação econômica e de transição energética dos países-membros da União Europeia no período pós-Pandemia da COVID-19. O plano aspira recuperar o crescimento das economias europeias, e acelerar o processo de transição energética – de fontes de energia como o carvão e o petróleo para a energia solar, eólica e outros renováveis. Assim, o plano consta com um auxílio de investimento de aproximadamente 800 bilhões de euros em sua disposição.

Fonte: União Europeia, 2023b.

Em conclusão, a retração das taxas de desemprego, como apresentada no gráfico acima, é um reflexo de como que as políticas da União Europeia de mitigação dos problemas econômicos procedentes da crise foram efetivas em conter suas repercussões negativas apesar de todas as adversidades mencionadas. Ademais, tais casos explicitam como que a extrema-

direita eurocética populista foca, ao falar da relação das crises com as ações da UE feitas a esse respeito, nas *fake news* acerca de tais ações e dos obstáculos, enquanto os resultados positivos das mesmas são deixados de lado.

Dito isso, o caso da Pandemia da COVID-19 é um exemplo claro de como que a extrema-direita eurocética populista denigre a imagem da União Europeia com a desinformação ao mesmo tempo em que se negligenciam as ações da UE que produzem efeitos positivos para a mitigação das crises. No auge da pandemia, a extrema-direita de países como a França, a Áustria, a Alemanha e a Itália criticaram os governos de seus países por terem aplicado a política de *lockdown* muito tardiamente, e depois paradoxalmente criticaram-nos por manter as mesmas políticas por muito tempo. Além disso, tais grupos políticos criticaram a União Europeia consecutivas vezes durante a pandemia, chamando-a de ineficiente e incompetente diante da crise, e culpavam o Espaço Schengen – produto do avanço da integração europeia – pela disseminação rápida do Coronavírus (Quent, 2020), enquanto se ignorava as ações da União Europeia para a mediação da crise, principalmente no que concerne o pacote de ajuda do *Next Generation EU*, que foi criado como um meio de salvaguardar as economias europeias no momento pós-pandêmico (União Europeia, 2023b).

Em consequência a todas as informações apresentadas, a desinformação espalhada pela extrema-direita eurocética populista acaba abafando o desempenho do bloco europeu no enfrentamento de crises como a da Zona do Euro e da Pandemia da COVID-19.

2.2.2) Crise dos Refugiados

Outra crise na qual a União Europeia teve papel de destaque para a sua mitigação é o caso da Crise dos Refugiados, quando, em seu ápice, em 2015, centenas de milhares de imigrantes vindos de países como o Afeganistão, Iraque, Líbia ou Síria – que passavam por situações de conflitos armados na época – fizeram tentativas de travessia do Mar Mediterrâneo e das fronteiras por terra, como na fronteira Greco-Turca, Sérvio-Húngara, Polaco-Bielorrussa e Hispano-Marroquina (Pew Research Center, 2016). Na maioria das vezes, as ditas tentativas não tinham sucesso, e muitos morriam na trajetória até a Europa, e os que conseguiam chegar à UE raramente eram bem-recebidos (Carrera et al., 2015, p. 13).

Nesse cenário, com o propósito de atenuar as implicações da Crise dos Refugiados na Europa, a UE operou uma série de políticas, das quais algumas constam como as seguintes: a distribuição de refugiados entre os países-membros do bloco – tendo como base o PIB e a população do país para determinar quantos refugiados seriam alocados para cada um –, a facilitação do processo de deportação dos imigrantes ilegais (e dos solicitantes de asilo que não tiveram sua solicitação aprovada) e a negociação de um acordo de controle de fronteiras com a Turquia, que se mostrou como uma das principais vias de acesso dos imigrantes ilegais à Europa (Carrera et al., 2015).

Posto isso, o acordo com a Turquia, fechado em 2016, baseava-se nos termos de que o país aumentaria os controles de fronteira com a Grécia, tanto por mar quanto por terra, e receberia de volta todos os imigrantes ilegais que entrassem na Grécia por meio de suas fronteiras, e, em troca, a cada imigrante ilegal retornado à ao país turco, a União Europeia aceitaria receber um refugiado – e não um imigrante ilegal, cuja diferenciação com o termo “refugiado” é dissertado no Box 16 – assentado na Turquia, e que nunca tentara entrar na UE (até 72 mil refugiados no máximo), além de que a UE pagaria seis bilhões de euros à Turquia e renovaria as negociações de entrada do país ao bloco europeu (Fruscione, 2018). Depois do início do acordo, as taxas de entrada de imigrantes ilegais através das fronteiras turcas caíram significativamente, e a crise foi contornada na região (Altemeyer-Bartscher et al., 2016).

Referente à situação de 2015, a União Europeia também se utilizou de normas já existentes, como o Regulamento de Dublin, junto com a Eurodac, para combater os obstáculos da crise. Em primeiro lugar, o Regulamento de Dublin é uma norma da União Europeia que aponta qual Estado-membro é responsável para o exame da solicitação de asilo de um refugiado. Em outras

Box 16 – Diferença entre os termos “migrante legal/ilegal” e “refugiado”

Em suma, um migrante é aquele que se desloca de seu lugar de origem – seja este uma cidade, uma região ou um país – para outro lugar. Logo, tal deslocamento pode ser feito de maneira legal, com a entrega de documentação e a efetivação de um processo de imigração pelos meios jurídico-legais do lugar onde quer se estabelecer, ou de maneira ilegal, com a passagem clandestina ao destino, sem a devida realização de um processo jurídico-legal para a permissão de acesso ao novo lugar. Dito isso, um refugiado é qualquer indivíduo pelo qual a sua solicitação de asilo – isto é, de refúgio – fora aceita pelo país em que solicitara.

Fonte: De Coninck, 2020.

palavras, tal regulamento determina que uma pessoa pode solicitar asilo a apenas um dos países-membros da UE, e o mesmo será o responsável pelo julgamento da solicitação, considerando que caso o pedido seja recusado a pessoa não poderá solicitar asilo novamente, mesmo que a outro país do bloco. Em segundo lugar, o Eurodac é uma *database* que agrupa os dados biométricos dos solicitantes de asilo e dos imigrantes ilegais para servir de auxílio às autoridades europeias na identificação dos indivíduos, em casos jurídico-legais ou de crime, e para analisar se houve múltiplas solicitações de asilo feitas pelo mesmo indivíduo, ou se o mesmo transitou ilegalmente entre os países-membros da UE (APIRP, 2022).

Ambas as normas são partes integrantes do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), que se configura como o conjunto de regras e acordos formados para a harmonização das leis de asilo entre os Estados-membros da UE em um sistema comum europeu. Assim, no âmbito da Crise dos Refugiados, a Comissão Europeia fortaleceu a SECA, reformou o Regulamento de Dublin, e centralizou e organizou os processos de solicitação de asilo, junto com a aprovação, reprovação ou distribuição dos solicitantes de asilo (APIRP, 2022).

A União Europeia também realizou operações de controle de fronteiras terrestres e marítimas, e de resgate de embarcações de refugiados no Mediterrâneo por intermédio de sua agência de controle de fronteiras: a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex), que coordena os esforços das guardas de fronteiras e costeiras dos Estados-membros da UE e, desde outubro de 2016 – após uma reforma proposta pela Comissão Europeia, em dezembro de 2015 – possui a guarda de fronteiras e costeira própria. Dentre as operações efetuadas pela agência, abrangem-se a Operação Tritão, que tinha como escopo o resgate de imigrantes no Mediterrâneo, e a Operação Sophia, que visava capturar embarcações e prender contrabandistas de migrantes, que ofereciam serviços de imigração ilegal com a travessia de balsas pelo Mediterrâneo (Carrera et al., 2015).

Em abril de 2014, a Comissão Europeia criou o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), pensando em seu funcionamento para uma escala de sete anos, ou seja,

de 2014 a 2020, com quase 3,2 bilhões de euros em sua disposição (EUR-Lex, 2014). Em suma, os desígnios do fundo, de acordo com o regulamento da União Europeia que estabelece a FAMI, são definidos da subsequente maneira:

O objetivo geral do Fundo é contribuir para a gestão eficiente dos fluxos migratórios e para a implementação, o reforço e o desenvolvimento da política comum de asilo, da proteção subsidiária e da proteção temporária e da política comum de imigração, respeitando plenamente os direitos e princípios consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. (EUR-Lex, 2014).

Outros quatro pontos podem ser mencionados: o fortalecimento e desenvolvimento da SECA; o apoio da migração legal para os Estados-membros em consonância com as suas necessidades socioeconômicas e a integridade das leis de imigração dos mesmos, além do fomento à integração dos refugiados às sociedades em que se assentaram; o reforço dos mecanismos justos e eficazes de retorno e deportação de imigrantes ilegais para o combate à imigração ilegal; o impulso à solidariedade, à cooperação e ao compartilhamento de responsabilidades entre os Estados-membros do bloco, especialmente para a ajuda dos membros mais impactados pelos fluxos migratórios à UE (EUR-Lex, 2014).

Em novembro de 2015, sob a liderança da União Europeia, houve a Conferência de Valeta sobre Migração, onde líderes europeus e africanos, além de lideranças da União Europeia, da União Africana, da Organização das Nações Unidas (ONU), da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e de outras organizações, reuniram-se na capital de Malta para discutir sobre a Crise dos Refugiados que atingia a Europa, a fim de aumentar o diálogo da União Europeia com a União Africana. Desse modo, ao final da conferência, os líderes europeus e africanos fecharam um acordo para que a UE providenciasse um fundo fiduciário de emergência de cerca de dois bilhões de euros – com 20 bilhões a mais a cada ano – para a progressão do desenvolvimento da África em troca da ajuda dos países africanos na crise, e do impulso ao retorno dos refugiados e dos imigrantes ilegais aos seus países de origem (Consilium, 2015).

Mais recentemente, em janeiro de 2022, o Gabinete Europeu de Apoio ao Asilo (GEAA), criado em 2010 – que trabalhava para o estímulo da cooperação entre os Estados-membros da UE à administração das solicitações de asilo –, foi revigorado como a Agência da União Europeia para o Asilo (AUEA) para, além de continuar a promover a cooperação entre os membros da união, alavancar a implantação da SECA e amparar os Estados-membros que estão sobre pressão dos fluxos migratórios, como a Itália, a Grécia e a Espanha,

que são os receptores principais dos indivíduos que aspiram entrar na União Europeia (APIRP, 2022).

Todas essas informações combinadas provam que, ao contrário do que diz as argumentações falsas da extrema-direita eurocética populista, a União Europeia não ficou imóvel durante a Crise dos Refugiados, e concretizou um número de ações com o objetivo de combater a crise, resgatar imigrantes, cooperar com países estrangeiros para o combate à imigração ilegal e à pacificação das rotas de refugiados, aliviar a pressão sentida pelos Estados-membros do bloco etc.

2.3) Políticas europeias de educação e de combate à desinformação

Em face à epidemia das *fake news* dos últimos anos e da desinformação como estratégia política, as instituições da União Europeia desenvolveram uma abordagem para o seu combate e para a sua prevenção mediante políticas educativas e de identificação das informações falsas, sobre as quais serão explicadas nos próximos parágrafos.

As primeiras iniciativas da União Europeia ao combate à desinformação começaram após 2015, quando a UE reconheceu a ameaça da desinformação pela primeira vez, com a reunião do Conselho Europeu no dia 20 de março (Hinds, 2019, p. 44). Naquele contexto, a desinformação no bloco europeu era ligada aos interesses políticos da Rússia, que apoiava a desinformação de grupos extremistas dentro do bloco para a desestabilização do mesmo. Desse jeito, a mencionada reunião concluiu que havia a necessidade da afronta às campanhas de desinformação da Rússia e, por isso, as autoridades da união e dos Estados-membros deveriam programar “um plano de ação sobre comunicação estratégica” (Hinds, 2019, p. 44), com a fundação de uma equipe de comunicação. Tal plano de ação resultou na criação da Equipe de Estratégia de Comunicação para o Leste (*East StratCom Task Force*, ou ESCT) – que promove as ações da UE e a comunicação efetiva no Leste Europeu – a partir do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), que é o principal órgão diplomático e de defesa da UE. Há de se notar que a desinformação nessa época era tratada como um assunto de matéria externa, de forma a não considerar as fontes de desinformação vindas de dentro da UE (Hinds, 2019, p. 44-45).

Em abril de 2017, o Comissário Europeu para o Mercado Único Digital e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Andrus Ansip, manifestou que as *fake news* são um problema sério, e argumentou pela “importância da alfabetização midiática, do pensamento crítico e do jornalismo de qualidade para combater as “notícias falsas”, bem como para comunicar melhor a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais” (Hinds, 2019, p. 46), além de defender a liberdade de expressão, e relacionar o discurso de ódio e o extremismo com a desinformação, uma vez que eles se chocam com os valores democráticos da União Europeia. Dessa vez, a ameaça das informações falsas é tratada de um modo geral, sem aludir a qualquer origem externa (como da Rússia), de modo a considerar que podem vir dos próprios Estados-membros da união. Assim, ainda em 2017, o Parlamento Europeu promulgou uma resolução que destacava a relevância do combate às *fake news* e as demandas às redes sociais adotarem mecanismos de identificação e denúncia de informações falsas em suas plataformas, além de dialogar com a Comissão Europeia sobre a possibilidade do decreto de legislações que limitassem a disseminação de notícias falsas nos meios de comunicação (Hinds, 2019, p. 46-47).

Com isso, a Comissão Europeia estabeleceu o Grupo de Peritos de Alto nível sobre Notícias Falsas e Desinformação Online (*High Level Expert Group on Fake News and Online Disinformation*) em novembro de 2017, cuja função é, de acordo com o relatório final sobre o grupo, publicado em março de 2018, “aconselhar sobre iniciativas políticas para combater as notícias falsas e a desinformação online” (Zeybek, 2018).

Ainda segundo o relatório, nomeado “*A multi-dimensional approach to disinformation: report of the independent High level Group on fake news and online disinformation*” (2018), é afirmado que não há apenas uma origem à desinformação – pois ela vem de diferentes atores, por diferentes razões –, o que sugere a indispensabilidade de uma resposta multidimensional e autorregulada por meio de ações interdependentes de balanceamento do combate à desinformação e a defesa à liberdade de expressão por parte da União Europeia. Nesse sentido, as recomendações propostas pelo relatório se baseiam em cinco pilares: “aumentar a transparência das notícias online, envolvendo um compartilhamento de dados adequado e compatível com a privacidade sobre os sistemas que permitem sua circulação online” (União Europeia, 2018a); “promover a alfabetização em mídia e informação para combater a desinformação e ajudar os usuários a navegar no ambiente da mídia digital” (ibid); “desenvolver ferramentas para capacitar usuários e

jornalistas para combater a desinformação e promover um engajamento positivo com as tecnologias da informação em rápida evolução” (ibid); “salvaguardar a diversidade e a sustentabilidade do ecossistema europeu de mídia de notícias” (ibid); e “promover pesquisas contínuas sobre o impacto da desinformação na Europa para avaliar as medidas tomadas por diferentes agentes e ajustar constantemente as respostas necessárias” (ibid).

Em conformidade com Shari Hinds, em seu artigo “*The European Union approach to disinformation and misinformation: the case of the 2019 European Parliament elections*” (2019), “o relatório foi um passo significativo no desenvolvimento da abordagem europeia à desinformação. Graças a esse relatório, a UE adotou uma definição clara do problema e muitas políticas são o resultado direto desse relatório” (Hinds, 2019, p. 49).

Posteriormente, em abril de 2018, a Comissão Europeia fez, como produto do relatório do Grupo de Peritos e de pesquisas do Eurobarômetro sobre a desinformação, um comunicado sobre o tema do “combate à desinformação online: uma abordagem europeia” (2018). No comunicado, a desinformação foi definida como um problema sério na Europa, e também como “uma informação que foi criada com a intenção de enganar o público em geral e/ou obter benefício financeiro ao enganar” (Mazur; Chochia, 2022, p. 27), e identificou tal problema como de responsabilidade ao nível europeu, e não nacional, dado que a desinformação é transfronteiriça, o que demandaria por uma ação europeia coordenada (EUR-Lex, 2018).

Logo, a Comissão propôs quatro ações para o combate às notícias falsas: aumentar a transparência da origem das informações e da maneira como elas são elaboradas, promovidas, espalhadas e direcionadas, “a fim de permitir que os cidadãos avaliem o conteúdo que acessam online e revelar possíveis tentativas de manipulação de opinião” (ibid); incentivar a variedade de informações a fim de que a população consiga realizar um processo decisório com pensamento crítico e senso comum, “por meio do apoio ao jornalismo de alta qualidade, à alfabetização midiática e o reequilíbrio da relação entre criadores e distribuidores de informações” (ibid); encorajar a veracidade das informações “fornecendo uma indicação de sua confiabilidade, de confiança, principalmente com a ajuda de sinalizadores confiáveis, e melhorando a rastreabilidade das informações e a autenticação de provedores de informações influentes” (ibid); produzir soluções inclusivas e eficientes de longo prazo nas quais “exigem conscientização, mais conhecimento sobre mídia, amplo envolvimento das partes interessadas e a cooperação de autoridades públicas, plataformas on-line, anunciantes, sinalizadores

confiáveis, jornalistas e grupos de mídia” (ibid). Além disso, o comunicado também propõe que haja um esforço autorregulado por parte das plataformas das mídias sociais para o combate à desinformação, e a sua efetiva implementação e monitoramento (ibid).

Em setembro de 2018, a Comissão Europeia publicou outra obra, relativa às recomendações “sobre redes de cooperação eleitoral, transparência online, proteção contra incidentes de segurança cibernética e combate a campanhas de desinformação no contexto das eleições para o Parlamento Europeu” (Hinds, 2019, p. 52). Em síntese, a Comissão clamou os Estados-membros da UE para a criação de uma rede eleitoral nacional, visando à facilitação da troca de informações, em relação a problemas que poderiam vir a afetar as eleições do Parlamento Europeu, mediante o reconhecimento de ameaças em forma de notícias falsas e a cooperação com autoridades nacionais para a implementação das leis. Outro ponto apontado pela publicação da Comissão é a recomendação no tocante ao fomento à transparência de propagandas políticas pagas na internet, ou seja, a identificação dos atores políticos envolvidos em tal propaganda e de quem a está financiando. Dessa forma, a Comissão afirma que, onde não houver tal transparência ou se haver infrações quanto à proteção de dados pessoais no devido contexto eleitoral, os Estados-membros podem alocar sanções aos responsáveis ou às propagandas em si (ibid).

Ainda em setembro de 2018, a Comissão Europeia desenvolveu o “Código de Práticas da UE sobre Desinformação”, nos quais, entre os seus signatários, estão grandes empresas de mídias sociais e de tecnologia, como Facebook, Google, Twitter, Mozilla, Microsoft – que ingressou em maio de 2019 – e TikTok – que se tornou signatário em junho de 2020 (Comissão Europeia, 2018) – além do Youtube, Instagram, LinkedIn, Jeuxvideo.com, Snapchat e Dailymotion (Mazur; Chochia, 2022, p. 28).

O código define cinco compromissos relativos à/ao: “exame minucioso dos posicionamentos de anúncios” (Hinds, 2019, p. 53), evitando a monetização pela disponibilização de publicidade aos sites identificados como propagadores de informações falsas (União Europeia, 2018b, p. 4-5); “publicidade política e publicidade baseada em problemas” (Hinds, 2019, p. 53), através de uma transparência maior quanto aos autores dessas publicidades e o valor financiado, além de uma distinção desses tipos de publicidade ao conteúdo editorial (União Europeia, 2018b, p. 5-6); “integridade dos serviços” (Hinds, 2019, p. 53), pertinente à identidade ao emprego indevido de usuários automatizados – *bots* – nas plataformas digitais (União Europeia, 2018b, p. 6); “capacitação dos consumidores”

(Hinds, 2019, p. 53), com o apoio aos consumidores na tomada de decisão consciente diante das notícias falsas, além da priorização das informações verídicas, por intermédio da tecnologia, e a colaboração com *stakeholders* da sociedade (como os governos, a sociedade civil etc.) para promover o pensamento crítico e a alfabetização nas mídias sociais (União Europeia, 2018b, p. 6-7); “capacitação da comunidade de pesquisa” (Hinds, 2019, p. 54), atendendo ao incentivo aos esforços independentes na procura e no reconhecimento de informações falsas, e na pesquisa do fenômeno da desinformação e de anúncios políticos, promovendo parcerias com a academia e a sociedade civil (União Europeia, 2018b, p. 7-8).

No que concerne ao último compromisso, a Comissão Europeia “está financiando o projeto *Social Observatory for Disinformation and Social Media Analysis* (SOMA), que fornece uma plataforma colaborativa para *fact-checkers* europeus independentes” (Hinds, 2019, p. 54). Ademais, os signatários do código realizam um relatório anual, no qual é verificado por um terceiro, e há um encontro regular entre os signatários para a análise do progresso da instituição das práticas do código (União Europeia, 2018b, p. 9). Vale mencionar, de igual modo, outro ponto defendido pelo código, que é o uso de inteligência artificial nas plataformas online para o enfrentamento da desinformação de forma mais efetiva (Mazur; Chochia, 2022, p. 28).

Publicada em 2021, durante a Pandemia da COVID-19, a “Orientação da Comissão Europeia sobre o Fortalecimento do Código de Práticas sobre Desinformação” foi um documento no qual a Comissão Europeia demonstrou como que o Código de Práticas “poderia ser fortalecido para se tornar uma ferramenta mais eficaz para combater a desinformação” (Comissão Europeia, 2021). Em resumo, ele “abordou a importância de fornecer acesso a informações confiáveis durante o período de crise, bem como iniciou o programa de monitoramento e relatório da COVID-19, que garante a responsabilidade no combate à desinformação” (Mazur; Chochia, 2022, p. 29).

Em dezembro de 2018, a Comissão Europeia publicou o “Plano de Ação contra a Desinformação”, que consiste em quatro pilares: o primeiro é o aprimoramento das capacidades das instituições da UE em identificar e transparecer a desinformação, à qual a Comissão dobrou o orçamento da equipe de comunicações do Serviço Europeu de Ação Externa para cinco milhões de euros em 2019, além do aumento de seu número de funcionários; o segundo é o reforço das respostas coordenadas às questões da desinformação, o que foi concretizado com o estabelecimento do “Rapid Alert System” (RAS), em março de

2019, que serve para o rápido compartilhamento de informações em tempo real entre os Estados-membros da união, a Comissão Europeia e a SEAE acerca da desinformação (EEAS, 2019); o terceiro é a mobilização do setor privado para o combate às *fake news*, no qual foi mobilizado por meio do Código de Práticas da UE sobre Desinformação, e o qual é monitorado pela Comissão Europeia e pelo *European Regulators Group for Audio-visual Media Services* (ERGA), que inclui variados reguladores midiáticos dos Estados-membros da UE (Hinds, 2019, p. 56); o quarto é a ampliação da conscientização e da resiliência da sociedade à desinformação, com a ajuda de campanhas de conscientização sobre o tema (União Europeia, 2020).

É de máxima importância notar que há outras instituições europeias e atores da UE que fazem um trabalho para o enfrentamento da desinformação, à conscientização da população europeia e à cobrança das plataformas para a introdução de medidas que limitem ou impeçam a propagação de informações mentirosas. Exemplos desses atores do bloco europeu são a “European Science-Media Hub” (ESMH), que é um projeto do Painel do Parlamento Europeu para Futuro da Ciência e da Tecnologia (STOA), e que promove o jornalismo científico e a divulgação de informações baseadas em evidências e na verdade por meio de seu canal, que apresenta informações imparciais e autênticas para os cidadãos europeus; o porta-voz da Direção-Geral de Comunicação do Parlamento Europeu, que responde à desinformação referente ao Parlamento Europeu, e clarifica e separa os equívocos e as mentiras da verdade; e a Diretoria-Geral para a Comunicação da Comissão Europeia, sobretudo quanto à estratégia e à comunicação corporativa, que tem, entre muitas responsabilidades, o objetivo de conscientizar a população sobre a UE, desmascarar mitos e conceptualizações errôneas sobre a organização e suas instituições (Hinds, 2019, p. 57-63).

Embora as ações da União Europeia contra a desinformação sejam muitas, ainda há muitos problemas relativos à sua aplicação. Por exemplo, a coordenação entre os diferentes agentes da UE e de seus Estados-membros que trabalham para conter a desinformação é insuficiente ou completamente ausente (Hinds, 2019, p. 66); há uma falta de harmonização das leis anti-desinformação entre os Estados-membros da união, o que atrapalha os esforços da UE ao enfrentamento das *fake news*; a detecção de fake news por meio de algoritmos e de inteligência artificial – como é proposto pelo Código de Práticas – é algo problemático, e pode ocasionar em censura excessiva, o que é capaz de comprometer a liberdade de expressão, muito defendida pelas autoridades europeias nos discursos contrários a

desinformação (Mazur; Chochia, 2022, p. 34); e, segundo o Tribunal de Contas Europeu (TCE), em um relatório especial de nome “*Disinformation affecting the EU: tackled but not tamed*” (2021), a Comissão Europeia e a SEAE não estipularam uma estrutura de coordenação clara entre as instituições para o cumprimento do Plano de Ação contra a Desinformação de 2018, além de que a ausência de um orçamento de longo-prazo compromete a *accountability* do plano, a Equipe de Estratégia de Comunicação para o Leste carece de funcionários e de um financiamento satisfatório, o RAS não aproveita o seu potencial, o Código de Práticas fez com que as plataformas digitais não tivessem *accountability* quanto à desinformação em suas plataformas – embora o código tenha levado elas a se voltarem contra as *fake news* –, e, por fim, a deficiência de uma estratégia coordenada de alfabetização midiática da UE faz com que quaisquer ações a esse respeito tenham um resultado ineficiente (União Europeia, 2021). Dito tudo isso, deve-se indicar que as informações evidenciadas neste parágrafo são pontos sobre os quais as recomendações deste *policy brief* poderão incidir.

Antes de finalizar, devem-se mencionar as políticas de educação midiática da União Europeia. Posto isso, o conceito de alfabetização midiática e informacional é um termo geral que define o conhecimento, as habilidades e atitudes voltadas para a avaliação e o emprego consciente das informações apresentadas nas mídias digitais e não digitais (Nygren et al., 2021, 202-203). Tendo esse conceito em mente, a União Europeia “sublinha a importância da educação para promover a chamada alfabetização midiática e informacional como uma importante defesa contra a propaganda e a desinformação” (Nygren et al., 2021, p. 202), e, desse modo, a UE fomentou a implementação de projetos educacionais para esse objetivo.

Um desses projetos é o “*YouCheck!*”, financiado pela Comissão Europeia através do programa *Media Education for All*, de 2019 a 2020 (Nygren et al., 2021). O seu surgimento pode ser explicado pela seguinte constatação:

Uma análise recente da educação para a alfabetização midiática na União Europeia referiu “uma necessidade urgente, mas contínua, dos educadores e das partes interessadas em matéria de alfabetização midiática documentarem as suas melhores práticas sob a forma de investigação empírica na sala de aula e resolverem as divergências persistentes entre a teoria e a prática, os quadros conceituais e a prática pedagógica, a política educativa/[...] e as práticas na sala de aula” (McDougall, 2019, p. 34).

Assim, o projeto do “*YouCheck!*” serviu como uma pesquisa empírica para o exame da eficácia de ferramentas de *fact-checking* ao aumento da alfabetização midiática no

ambiente escolar em adolescentes entre 16 a 18 anos de idade e professores, além do público no geral. O “*YouCheck!*” foi ativo em apenas alguns países da União Europeia, como a França, Romênia Suécia e Espanha, onde o público alvo seria sujeito a testes envolvendo o uso de um *plug-in* de *fact-checking* chamado *InVid-Weverify*, que é um filtro de internet capaz de encontrar inconsistências em informações na internet, revelar imagens falsas e detectar alterações em imagens. Os testes tinham o objetivo de analisar a capacidade dos indivíduos de distinguir notícias falsas e verdadeiras, o conhecimento do uso de ferramentas online e a atitude/opinião prévia e posterior acerca do *plug-in* em questão, antes e depois dos testes, respectivamente (Savoir Devenir, 2021). Visto isso, o projeto foi capaz de discernir a eficiência das ferramentas de *fact-checking*, e provar que a educação informacional, a alfabetização midiática e a conscientização populacional em relação às *fake news* são de suma importância para o combate à desinformação (Nygren et al., 2021).

Outros mecanismos europeus de alfabetização midiática e de conscientização da população ao perigo das *fake news* são exemplificados pela Diretiva dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual da União Europeia (*Audiovisual Media Services Directive / AVMSD*), que, recentemente revisada neste ano, “fortalece o papel da alfabetização midiática” (Comissão Europeia, 2023b), “exige que os Estados-Membros promovam medidas que desenvolvam as competências de alfabetização midiática” (ibid) e “obriga as plataformas de compartilhamento de vídeo a fornecer medidas e ferramentas eficazes de alfabetização midiática” (ibid), além de obrigar as mesmas plataformas a sensibilizar os usuários sobre a aplicação das medidas da AVMSD (ibid).

A Comissão Europeia realiza muitas ações ligadas à alfabetização midiática através de encontros anuais do Grupo de Peritos em Alfabetização Midiática (*Media Literacy Expert Group*), que reúne *stakeholders* e peritos para identificar, relatar e promover boas práticas no campo da alfabetização midiática, favorecer as relações entre os *stakeholders* e ponderar sobre maneiras de coordenar políticas do bloco europeu e incentivar programas e projetos sobre o tema. Ademais, outra iniciativa da Comissão é a instituição da Semana Europeia de Alfabetização Midiática (*European Media Literacy Week*), que, iniciada em 2019, dispõe-se à promoção das competências e dos projetos de alfabetização midiática na União Europeia, e encoraja *stakeholders* a nível nacional dos Estados-membros a organizarem eventos próprios – todos os anos, mais ou menos na semana entre março e abril – para discutir sobre a alfabetização midiática. Ainda sobre essa empreitada da Comissão, organiza-se o evento dos

Prêmios Europeus de Alfabetização Midiática (*European Media Literacy Awards*) em Bruxelas, onde os candidatos que apresentaram os melhores projetos no campo da alfabetização midiática são premiados (ibid).

Vale ressaltar o Plano de Ação para a Educação Digital (*Digital Education Action Plan*) para o período entre 2021 a 2027, no qual fora adotado em setembro de 2020, na conjuntura da Pandemia da COVID-19. Em poucas palavras, este é um plano da União Europeia para o aumento da qualidade, inclusividade e acessibilidade da educação digital na UE, além do “apoio à adaptação dos sistemas de educação e de ensino dos Estados-Membros à era digital” (Comissão Europeia, 2023c). Para realizar o plano, elaboraram-se quatorze ações, no qual a sétima se desenha como as “orientações comuns para que os professores e educadores promovam a alfabetização digital e combatam a desinformação através da educação e do treinamento” (ibid), nas quais foram concebidas em outubro de 2022. Tal ação é financiada pelo programa Erasmus+ da União Europeia, e conta “conselhos práticos, planos de atividades, ideias sobre tópicos e notas de advertência com base no que funciona em matéria de alfabetização digital e de educação e treinamento” (União Europeia, 2022), com o objetivo de sensibilizar a população acerca da desinformação, abrandar o entendimento da alfabetização digital pela educação e treinamento e garantir um ambiente responsável e seguro do uso das tecnologias digitais (ibid).

3) CONCLUSÃO

Em síntese, a desinformação disseminada pela extrema-direita eurocética populista faz parte de toda uma estratégia política por parte de integrantes desses grupos políticos – sejam eles militantes, lideranças ou partidos políticos – com a finalidade de manipular a opinião política da população europeia, afetada pelos fenômenos da politização junto com a polarização política e a crescente frustração, consequência do panorama das crises em que a União Europeia tem passado, como a Crise da Zona do Euro e a Crise dos Refugiados, e mobilizar tal opinião política a seu favor, o que levou ao aumento considerável dos partidos políticos da extrema-direita eurocética populista em eleições locais, nacionais e europeias, além de ocorrências como o Brexit, que se provou como o epítome do euroceticismo.

Logo, muitas informações falsas divulgadas por esses grupos políticos afirmam que a União Europeia é ineficiente/inerte diante das crises, ou a própria causa delas, de forma a usar a UE como o bode-expiatório dos problemas que afetam os Estados-membros da UE, principalmente como o aumento das desigualdades e das inseguranças socioeconômicas e da vinda de milhares de refugiados à Europa, derivadas das crises supracitadas. No entanto, como exposto acima, a União Europeia não se mantém estática perante essas crises. Pelo contrário, as instituições do bloco europeu efetivam uma série de ações para a mitigação e o enfrentamento dos efeitos negativos e das origens dessas crises. Finalmente, a UE e suas instituições e agentes também concretizam um conjunto de operações no embate à desinformação e na educação e conscientização da população acerca da alfabetização midiática e da construção do pensamento crítico diante das fake news. Apesar disso, é um fato que esses empreendimentos não são suficientes para a solução do problema da desinformação na União Europeia, visto que há pouca coordenação entre os atores europeus, dentre outros problemas, o que evidencia a imprescindibilidade, da renovação e reorganização dos esforços de oposição à disseminação das informações falsas na União Europeia.

4) RECOMENDAÇÕES

Tendo em mente toda a configuração do cenário descrito nas páginas anteriores, e considerando todas as estruturas e questões dos mecanismos já existentes de enfrentamento e de educação quanto à desinformação na União Europeia, pode-se afirmar que as recomendações aqui propostas, como aludidas no ponto 1.5 (“Objetivos, Recomendações e o seu Alinhamento com os ODSs”), serão orientadas à Comissão Europeia e aos Estados-membros da UE, e terão embasamento com o quarto ODS, sobre educação de qualidade, e o décimo sexto, sobre paz, justiça e instituições eficazes. Dito isso, seguem abaixo as recomendações:

1) Criar um órgão central europeu, por parte da Comissão Europeia, orientado para o enfrentamento da desinformação na UE, unificando os instrumentos descritos no ponto 2.3 do *policy brief*, e coordenando os esforços de combate à desinformação a partir de sua figura centralizada, como um departamento da Comissão Europeia, além de atualizar e aprimorar as políticas de alfabetização midiática e as campanhas de conscientização da população em relação à desinformação – em suma, as ações do órgão seriam embasadas em um relatório que teria de ser publicado pelo mesmo assim que ele fosse criado;

2) Conceber sistemas nacionais de *fact-checking*, por intermédio da ação dos Estados-membros da União Europeia, e com a mediação da Comissão Europeia, dentro de um período de cinco a dez anos, para que os cidadãos de cada um destes países tenha acesso a sistemas claros, confiáveis e eficazes que desmascarem qualquer tipo de informações falsas – principalmente as que atacam a UE – que venha a ser disseminada na internet, nas mídias tradicionais ou por discursos de grupos políticos.

REFERÊNCIAS

Aggio, Camilo. Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 426-445, 2010.

Altemeyer-Bartscher, Martin; Holtemöller, Oliver; Lindner, Axel; Schmalzbauer, Andreas; Zeddies, Götz. On the Distribution of Refugees in the EU. In: **Intereconomics**, v. 51, n. 4, p. 220-228, 2016.

Anand, M. R.; Gupta, G. L.; Dash, Ranjan. The euro zone crisis: Its dimensions and implications. In: **Research Gate**, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/241757532_The_Euro_Zone_Crisis_and_its_Dimensions_and_Implications/>. Acesso em: 5 out. 2023.

APIRP. Sistema Europeu Comum de Asilo. **APIRP**, 2022. Disponível em: <<https://apirp.pt/sistema-europeu-comum-de-asilo/>>. Acesso em: 13 out. 2023.

Arnold, Martin. Eurozone unemployment rises from record low to 6.5%. **Financial Times**, 2023. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/4a20ec7d-a01e-46f1-a00e-d4086cb53148/>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Arrese, Ángel. Cultural Dimensions of Fake News Exposure: A Cross-National Analysis among European Union Countries. In: **Mass Communication and Society**, 2022.

Bayer, Lili. Commission rejects Hungary's anti-Brussels campaign as 'disinformation'. **Politico**, 2019. Disponível em: <<https://www.politico.eu/article/commission-rejects-viktor-orban-hungarys-anti-brussels-campaign-as-disinformation/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Bell, Duncan. What is liberalism? In: **Political Theory**, v. 42, n. 6, p. 682-715, 2014.

Black, Julia. **Annual Regional Overview, Europe, January - December 2021**. Missing Migrants Project, 2022.

Blee, Kathleen M. Ethnographies of the Far Right. In: **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 36, n. 2, p. 119-128, 2007.

Boomgaarden, Hajo G.; Schuck, Andreas R. T.; Elenbaas, Matthijs; de Vreese, Claes H. Mapping EU attitudes: Conceptual and empirical dimensions of Euroscepticism and EU support. In: **European Union Politics**, v. 12, n. 2, p. 241-266, 2011.

Brack, Nathalie; Startin, Nicholas. Introduction: Euroscepticism, from the margins to the mainstream. In: **International Political Science Review**, v. 36, n. 3, p. 239-249, 2015.

Brito, Sabrina. O impacto das fake news no dia a dia do jornalismo. **Observatório da Imprensa**, 2017. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/pos-verdade/oimpacto-dasfake-news-no-dia-dia-do-jornalismo/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Bulli, Giorgia; Soare, Sorina Christina. Immigration and the Refugee Crisis in a New Immigration Country: The Case of Italy. In: **Croatian and Comparative Public Administration**, v. 18, n. 1, 127-156, 2018.

Carrera, Sergio; Blockmans, Steven; Gros, Daniel; Guild, Elspeth. The EU's Response to the Refugee Crisis: Taking Stock and Setting Policy Priorities. In: **Centre for European Policy Studies**, n. 20, 2015.

Celi, Giuseppe; Guarascio, Dario; Simonazzi, Annamaria. A fragile and divided European Union meets Covid-19: further disintegration or 'Hamiltonian moment'? In: **Journal of Industrial and Business Economics**, 47:411–424, 2020.

Cole, Alexandra. Old right or new right? The ideological positioning of parties of the far right. In: *European Journal of Political Research*, 44: 203-230, 2005.

Comissão Europeia. Accession criteria. **Comissão Europeia**, 2023a. Disponível em: <https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/glossary/accession-criteria_en/>. Acesso em: 9 out. 2023.

Comissão Europeia. Code of Practice on Disinformation. **Comissão Europeia**, 2018. Disponível em: <<https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/code-practice-disinformation/>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

Comissão Europeia. Digital Education Action Plan (2021-2027). Comissão Europeia, 2023c. Disponível em: <<https://education.ec.europa.eu/focus-topics/digital-education/action-plan/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Comissão Europeia. Guidance on Strengthening the Code of Practice on Disinformation. **Comissão Europeia**, 2021. Disponível em: <<https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/guidance-strengthening-code-practice-disinformation/>>.

Acesso em: 9 nov. 2023.

Comissão Europeia. Media literacy. **Comissão Europeia**, 2023b. Disponível em: <<https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/media-literacy/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Comissão Europeia. **The Schengen Area**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2010.

Consilium. Como responde a UE às crises e de que modo reforça a resiliência. **Consilium**, 2023.

Consilium. Valletta summit on migration, 11-12 November 2015 - action plan and political declaration. **Consilium**, 2015. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/11/12/valletta-final-docs/>>.

Acesso em: 24 out. 2023.

Copelovitch, Mark; Frieden, Jeffry; Walter, Stefanie. The Political Economy of the Euro Crisis. In: **Comparative Political Studies**, v. 49, n. 7, p. 811-840, 2016.

De Coninck, David. Migrant categorizations and European public opinion: diverging attitudes towards immigrants and refugees. In: **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 46, n. 9, p. 1667-1686, 2020.

De Wilde; Pieter. Online discussions show the depth of Eurosceptic feeling across Europe, but they tell us very little about the kind of EU that citizens would like to see. **LSE**, 2014. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2014/02/25/online-discussions-show-the-depth-of-eurosceptic-feeling-across-europe-but-they-tell-us-very-little-about-the-kind-of-eu-that-citizens-would-like-to-see/>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

EEAS. Factsheet: Rapid Alert System. **EEAS**, 2019. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/eeas/factsheet-rapid-alert-system_en/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

EUR-Lex. Communication from the commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions; Tackling

online disinformation: a European Approach. **EUR-Lex**, 2018. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52018DC0236/>>. Acesso em: 3 nov. 2023.

EUR-Lex. Regulation (EU) No 516/2014 of the European Parliament and of the Council of 16 April 2014 establishing the Asylum, Migration and Integration Fund, amending Council Decision 2008/381/EC and repealing Decisions No 573/2007/EC and No 575/2007/EC of the European Parliament and of the Council and Council Decision 2007/435/EC. **EUR-Lex**, 2014. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2014/516/oj/eng/>>. Acesso em: 22 out. 2023.

EUR-Lex. Treaty of Lisbon amending the Treaty on European Union and the Treaty establishing the European Community, signed at Lisbon, 13 December 2007. **EUR-Lex**, 2007. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:12007L/TXT/>>. Acesso em: 28 set. 2023.

Eurobarômetro. Fake news and disinformation online. **Eurobarômetro**, 2018. Disponível em: <<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2183/>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Eurostat. Unemployment statistics. **Eurostat**, 2023. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Unemployment_statistics/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FIDU. **How much do we know about the EU?** A survey about communication and disinformation. CommEUnication, 2022. Disponível em: <https://fidu.it/wp-content/uploads/General-Report-draft.FINAL_.pdf/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Fleming, Sam; Arnold, Martin. Brussels warns of EU recession as German output slides. **Financial Times**, 2022. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/dbef6a09-a688-42d5-a640-cea055bccb9b/>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Follesdal, Andreas; Hix, Simon. Why There is a Democratic Deficit in the EU: A Response to Majone and Moravcsik. In: **Journal of Common Market Studies**, v. 44, n. 3, p. 533-62, 2006.

Fruscione, Giorgio. What of the Refugees? The Closure of the Balkan Route, Two Years On. **ISPI**, 2018. Disponível em: <<https://www.ispionline.it/en/publication/what-refugees-closure-balkan-route-two-years-20511/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

Gamalerio, Matteo; Luca, Mario; Romarri, Alessio; Viskanic, Max. Refugee reception, extreme-right voting, and compositional amenities: Evidence from Italian municipalities. In: **Regional Science and Urban Economics**, v. 100, 2023.

Gehler, Michael; Kaiser, Wolfram (Eds.). **Christian Democracy in Europe Since 1945**. V. 2. London; New York: Routledge, 2004.

Gomes, Wilson. Opinião política na internet. Uma abordagem das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: **Anais do 10º Encontro Anual da COMPÓS**, Brasília, 2001.

Hinds, Shari. **The European Union approach to disinformation and misinformation**: The case of the 2019 European Parliament elections. Strasbourg: University of Strasbourg, 2019.

Hooghe, Liesbet; Marks, Gary. Sources of Euroscepticism. In: **Acta Politica**, v. 42, p. 119-127, 2007.

Inotai, Edit. Hungary Launches ‘National Consultation’ Targeting the EU, Migrants and Ukraine. **Balkan Insight**, 2023. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2023/11/20/hungary-launches-national-consultation-targeting-the-eu-migrants-and-ukraine/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Jay, Sarah; Batruch, Anatolia; Jetten, Jolanda; McGarty, Craig; Muldoon, Orla T. Economic inequality and the rise of far-right populism: A social psychological analysis. In: **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v. 29, n. 5, p. 418-428, 2019.

Jesus, Diego S. V. Folie à vingt-sept: alguns mitos sobre a União Europeia. In: **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 2, p. 46-76, jul./dez. 2013.

Jesus, Diego S. V. Os processos de partilha da soberania na União Europeia. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 52 (2): 115-132, 2009.

Jesus, Diego S. V.; Holanda, Adriane F. B. Fato ou fake? A cobertura do G1 sobre o uso do WhatsApp no processo eleitoral para o Governo do Rio de Janeiro em 2018. In: **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 2, p. 170-195, 2019.

Johnston, Ian. EU hard-right leaders back Spain's Vox to increase sway in Brussels. **Financial Times**, 2023. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/ad62fa41-24fd-4040-9d2b-8a13598e9a3b>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

Karp, Jeffrey A.; Bowler, Shaun. Broadening and deepening or broadening versus deepening: The question of enlargement and Europe's 'hesitant Europeans'. In: **European Journal of Political Research**, v. 45, n. 3, p. 369-390, 2006.

Knight, Ben. How Europe's far-right parties view the EU. **Deutsche Welle**, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/how-europes-far-right-parties-view-the-eu/a-47078383>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Lazaridis, Gabriella; Campani, Giovanna; Benveniste, Annie (Eds.). **The Rise of the Far Right in Europe: Populist Shifts and 'Othering'**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

Leal, Matheus; Sá, Rafaela. Os desafios contemporâneos da União Europeia e o fracasso do euroceticismo. In: Rached, Gabriel; Sá, Rafaela (Eds.). **Cenários Contemporâneos no Âmbito da Governança Global**. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 395-416, 2022.

Litzendorf Netto, Carl Friedrich Wilhelm; Peruyera, Matias Sebastião. Fake News como ferramenta de propaganda política na internet. In: **Anais do 19º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Cascavel, 2018.

Ludlow, N. Piers. Challenging French leadership in in Europe: Germany, Italy and the Netherlands and the outbreak of the Empty Chair Crisis of 1965-6. In: **Contemporary European History**, v. 8, n. 2, p. 231-248, 1999.

Martirosyan, Lucy. Hungary's 'propaganda machine' attacks women. **Social Europe**, 2023. Disponível em: <<https://www.socialeurope.eu/hungarys-perfect-propaganda-machine-attacks-women/>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Marx, Karl; Engels, Frederick. **Manifesto of the Communist Party: and its genesis**. Pacifica: Marxists Internet Archive, 2010.

Mazur, Viktoria; Chochia, Archil. Definition and Regulation as an Effective Measure to Fight Fake News in the European Union. In: **European Studies**, v. 9, n. 1, p. 15-40, 2022.

McDougall, Julian. Media Literacy versus Fake News: Critical Thinking, Resilience and Civic Engagement. In: **Media Studies**, v. 10, n. 19, p. 29-45, 2019.

McGrath, Ciaran. Brexit 'destroying the EU' as Emmanuel Macron and Olaf Scholz caught up in childish spat. **Daily Express**, 2023a. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/politics/1818927/macron-scholz-france-germany-eu/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

McGrath, Ciaran. Warning radical new EU plot backed by Guy Verhofstadt to create German 'superstate'. **Daily Express**, 2023b. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/politics/1827846/eu-treaty-guy-verhofstadt-germany/>>. Acesso em: 26 out. 2023.

Mouffe, Chantal. **La paradoja democrática**. Madrid: Gedisa editorial, 2016.

Mudde, Cas. The Far Right and the European Elections. In: **Current History**, v. 113, n. 761, p. 98-103, 2014.

Nygren, Thomas; Guath, Mona; Axelsson, Carl-Anton W.; Frau-Meigs, Divina. Combatting Visual Fake News with a Professional Fact-Checking Tool in Education in France, Romania, Spain and Sweden. In: **Information**, v. 12, n. 5, p. 201-225, 2021.

OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. **OPAS**, 2023. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Packroff, Jonathan. Polish PM opposes an EU federation, slams Brussels. **Euractiv**, 2023. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/politics/news/polish-pm-opposes-an-eu-federation-slams-brussels/>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Parlamento Europeu. Ato Único Europeu (AUE). **Parlamento Europeu**, 2023c. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/single-european-act/>>. Acesso em: 23 set. 2023.

Parlamento Europeu. Intergovernmental decision-making procedures. **Parlamento Europeu**, 2023a. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/9/intergovernmental-decision-making-procedures/>>. Acesso em: 22 set. 2023.

Parlamento Europeu. Supranational decision-making procedures. **Parlamento Europeu**, 2023b. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/8/supranational-decision-making-procedures/>>. Acesso em: 22 set. 2023.

Pew Research Center. Number of Refugees to Europe Surges to Record 1.3 Million in 2015. **Pew Research Center**, 2016. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/2016/08/02/number-of-refugees-to-europe-surges-to-record-1-3-million-in-2015/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

Pirro, Andrea L. P.; Taggart, Paul; van Kessel, Stijn. The populist politics of Euroscepticism in times of crisis: Comparative Conclusions. In: **Politics**, 38 (3), p. 378-390.

Plucinska, Joanna; Florkiewicz, Pawel. Poland's eurosceptic leaders, far right mark independence centenary at mass march. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-ww1-century-poland-idUSKCN1NG00E/>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Primo, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: **E-Compós**, v. 9, 2007. Disponível em: <<https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/153/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

Savoir Devenir. Youcheck! Research-Intervention in Media and Information Literacy (MIL). **Savoir Devenir**, 2021. Disponível em: <<https://savoirdevenir.net/wp-content/uploads/2021/02/Youcheck-School-Intervention-EN.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

Scharpf, F.W. Legitimate diversity: the new challenge of European integration. In: Börzel, T.A.; Cichowski, R.A. (Eds.). **The state of the European Union**. V. 6: law, politics, and society. Nova York: Oxford University Press, p. 79-104, 2003.

Schmidt, Vivien A. Politicization in the EU: Between National Politics and EU Political Dynamics. In: **Journal of European Public Policy**, v. 26, n. 7, p. 1018-1036, 2019.

Scott, Michelle P. Brexit: The Winners and Losers Following the Deal. **Investopedia**, 2023. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/news/brexit-winners-and-losers/>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Sharp; Ash. Top 10 Reasons The European Union Is Doomed. **Listverse**, 2017. Disponível em: <<https://listverse.com/2017/05/06/top-10-reasons-the-european-union-is-doomed/>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Shattuck, John. How Viktor Orban degraded Hungary's weak democracy. **The Conversation**, 2019. Disponível em: <<https://theconversation.com/how-viktor-orban-degraded-hungarys-weak-democracy-109046/>>. Acesso em: 8 out. 2023.

Sorj, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 76, p. 123-136, 2006.

Stavrakakis, Yannis; Katsambekis, Giorgos; Nikisianis, Nikos; Kioupkiolis, Alexandros; Siomos, Thomas. Extreme Right-Wing Populism in Europe. In: **Critical Discourse Studies**, 14(4), p. 420-439. Thessaloniki: Aristotle University of Thessaloniki, 2017.

Stewart, Heather; Mason, Rowena. Nigel Farage's anti-migrant poster reported to police. **The Guardian**, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/16/nigel-farage-defends-ukip-breaking-point-poster-queue-of-migrants/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Taggart, Paul; Szczerbiak, Aleks. **The Party Politics of Euroscepticism in EU Member and Candidate States**. 2002.

Tilles, Daniel. Poland's main parties, PiS and PO, to oppose EU treaty change. **Notes from Poland**, 2023. Disponível em: <<https://notesfrompoland.com/2023/11/21/polands-main-parties-pis-and-po-to-oppose-eu-treaty-change/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Toynbee, Polly. The anti-EU lies are back to exploit Britain's weak spot again. **The Guardian**, 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/mar/04/anti-eu-brexit-fake-news/>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

Tsebelis, George; Garrett, Geoffrey. The Institutional Foundations of Intergovernmentalism and Supranationalism in the European Union. In: **International Organization**, v. 55, n. 2, p. 357-390. Cambridge: The MIT Press, 2001.

União Europeia. **A multi-dimensional approach to disinformation**: Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018a.

União Europeia. **Disinformation affecting the EU**: tackled but not tamed. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2021. Disponível em: <https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR21_09/SR_Disinformation_EN.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

União Europeia. EU action plan against disinformation. **ECA**, 2020. Disponível em: <https://www.eca.europa.eu/lists/ecadocuments/ap20_04/ap_disinformation_en.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

União Europeia. **EU Code of Practice on Disinformation**. Bruxelas: União Europeia, 2018b.

União Europeia. Guidelines for teachers and educators on tackling disinformation and promoting digital literacy through education and training. **Publications Office of the European Union**, 2022. Disponível em: <<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/a224c235-4843-11ed-92ed-01aa75ed71a1/language-en/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

União Europeia. Next Generation EU. **União Europeia**, 2023b. Disponível em: <https://next-generation-eu.europa.eu/index_pt/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

União Europeia. Princípios, países, história. **União Europeia**, 2023a. Disponível em: <[https://european-union.europa.eu/principles-countries-history_pt#:~:text=Os%20princ%C3%ADpios%20e%20valores%20comuns,da%20paz%20e%20da%20estabilidade./](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history_pt#:~:text=Os%20princ%C3%ADpios%20e%20valores%20comuns,da%20paz%20e%20da%20estabilidade./>)>. Acesso em: 22 set. 2023.

University of Oxford. British Prime Ministers. **University of Oxford**, 2023. Disponível em: <<https://www.ox.ac.uk/about/oxford-people/british-prime-ministers/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Vasilopoulou, Sofia. Varieties of Euroscepticism: The Case of the European Extreme Right. In: **Journal of Contemporary European Research**, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2009.

Verdery, Katherine. **What was socialism, and what comes next?** Princeton: Princeton University Press, 1996.

Walter, Jan D. Fact check: How propaganda denigrates Ukrainian refugees. **Deutsche Welle**, 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/fact-check-how-propaganda-denigrates-ukrainian-refugees/a-64731408/>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Wodak, Ruth. The Trajectory of Far-Right Populism – a Discourse-Analytical Perspective. In: **The Far Right and the Environment**, p. 21-37, 2019.

Zeybek, Bengi. European Commission: Final Report of the High Level Expert Group on Fake News and Online Disinformation Published. **IRIS Merlin**, 2018. Disponível em: <<https://merlin.obs.coe.int/article/8237/>>. Acesso em: 27 out. 2023.

ÍNDICE

PRINCIPAIS RESULTADOS

1) INTRODUÇÃO

1.1) Contexto da União Europeia

1.2) Histórico do euroceticismo

1.3) Causas da desinformação na União Europeia

1.4) Consequências da desinformação da extrema-direita eurocética populista

1.5) Panorama geral do *policy brief*: recomendações, objetivos e o seu alinhamento com as ODSs

2) DESENVOLVIMENTO

2.1) Sobre a extrema-direita eurocética populista

2.1.1) O perfil da extrema-direita eurocética populista

2.1.2) O desenvolvimento da extrema-direita eurocética populista em três camadas da sociedade

2.2) Respostas da União Europeia às crises

2.2.1) Crise da Zona do Euro

2.2.2) Crise dos Refugiados

2.3) Políticas europeias de educação e de combate à desinformação

3) CONCLUSÃO

4) RECOMENDAÇÕES

REFERÊNCIAS